JÚNIOR DO MACRE

Entre o ideal e o poder

O que vivi, o que aprendi
e a política que ainda quero construir



Entre o ideal e o poder

Júnior do Macre

“Antes, eu só tinha um motivo.
Agora, tenho 8.399 motivos para seguir.”

JÚNIOR DO MACRE

Júnior do Macre

Júnior José Boeri

Entre o ideal e o poder

O que vivi, o que aprendi e a política que ainda quero construir

Começar a leitura

Abrir sumário

Edição do autor Parauapebas · 2026

© 2026 Júnior José Boeri

Todos os direitos reservados, observadas as exceções previstas em lei.

Sobre esta obra

Este livro reúne memórias pessoais, relatos de campanha e propostas para o desenvolvimento do Pará. Os episódios autobiográficos se baseiam nos depoimentos e nos escritos do autor. As propostas do Moderniza Pará são apresentadas como ideias para discussão e implantação, e não como realizações já concluídas.

As referências às instituições distinguem regras vigentes e mudanças defendidas pelo autor. Relatos de terceiros, estimativas e situações presenciadas são identificados no texto. As notas indicam as fontes e os limites das informações conferidas.

Edição revista, com novo título e projeto gráfico. O texto foi anteriormente apresentado sob o título Por dentro da política.

Edição do autor · Parauapebas · novembro de 2026

DEDICATÓRIA

À minha família

Aos meus pais, que me deram a vida e as raízes que carrego comigo. Minha caminhada começou na roça, em uma família de assentados. Nenhum lugar a que eu chegue apaga esse começo. É dele que vem muito do que sou e da maneira como olho para as pessoas.

À minha esposa, Ketura, e aos nossos filhos. Vocês são parte do futuro que desejo construir e do amor que dá sentido à minha caminhada. Que estas páginas ajudem vocês a compreender por que continuo acreditando que vale a pena servir, mesmo quando o caminho se torna difícil.

Dedico este livro à nossa família, às nossas raízes e às gerações que virão. Meu desejo é que nossos filhos encontrem mais oportunidades, mais respeito e mais dignidade. E que saibam que tentei fazer a minha parte.

DEDICATÓRIA

A quem caminhou comigo

À equipe que esteve ao meu lado e ao pequeno grupo que defendeu o nosso projeto com todas as forças. Em meio às dificuldades, vocês ajudaram a manter viva a razão pela qual começamos. Este livro também guarda a minha gratidão por essa caminhada.

Às 8.399 pessoas que me confiaram seu voto. Recebo essa confiança como uma responsabilidade que continua depois da eleição. Cada voto me dá mais um motivo para seguir trabalhando, ouvindo e aprendendo.

Às famílias que abriram suas casas, dividiram suas histórias e me permitiram conhecer de perto suas dificuldades e seus sonhos. O carinho que encontrei nessa caminhada permanece comigo.

Ao povo do Pará, dedico o compromisso de continuar. Quero ajudar a construir um estado em que a riqueza se transforme em oportunidades e a política esteja a serviço das pessoas.

A origem e a escolha

Prólogo · O compromisso que continua 10

PARTE I · A vida que formou minhas convicções 13

01 Filho de assentados 14

02 A escola que ampliou meu mundo 17

03 O que aprendi trabalhando 20

04 Construir, perder e recomeçar 23

PARTE II · Por que entrei na política 27

05 Prosperar e continuar enxergando a desigualdade 28

06 A política que sigo defendendo 31

07 O plano que levei às ruas e vou defender 34

Toque em um título para ir direto ao capítulo.

A experiência e as mudanças

PARTE III · O que encontrei por dentro **37**

08 As portas que se abriram para mim 38

09 A fome é para ontem 41

10 O desafio de manter a equipe unida 44

11 Os partidos e os interesses de ocasião 48

12 O preço de uma liderança 51

13 O leilão dos últimos dias 54

14 O que vou fazer diferente 57

PARTE IV · A política que precisamos construir **61**

15 Trazer as pessoas de volta ao debate 62

16 O poder precisa de renovação 64

17 O dinheiro e as portas de entrada 66

18 Representação e financiamento precisam mudar 68

19 A sociedade precisa participar das decisões 73

Toque em um título para ir direto ao capítulo.

1 · Origens | 2 · Experiência | 3 · Futuro

O futuro e a continuidade

PARTE V · O futuro que quero ajudar a construir 76
Como os programas se conectam 77
20 Dignidade começa onde a família mora 79
21 O cidadão precisa encontrar atendimento 81
22 A oportunidade que a escola precisa oferecer 83
23 Dar condições a quem quer empreender 85
24 Produzir, transformar e encontrar mercado 87
25 Trabalhar dentro da lei precisa ser possível 89
26 Transformar minério em desenvolvimento 91
27 A riqueza dos rios, da floresta e da cultura 93
28 Do Pará para o Brasil 95

PARTE VI · O caminho continua 97
29 Servir do meu jeito 98
Notas de leitura e fontes 101
Referências 105
Sobre o autor 107

Toque em um título para ir direto ao capítulo.

PRÓLOGO

00



MEMÓRIA · COMPROMISSO

O compromisso que continua

Eu vi os cadernos. Me ofereceram votos.

Entrei na política para apresentar ideias, visitar as pessoas e colocar minha experiência a serviço do Pará. Encontrei carinho, confiança e necessidades que não podiam esperar. Também encontrei conversas em que o apoio tinha preço e o projeto vinha depois. Este livro nasceu dessa distância entre o que me levou à campanha e o que conheci dentro dela.

Não fui eleito deputado estadual em 2026. A frustração existe, e faz parte da história que vou contar. Mas seria pouco honesto transformar o resultado numa explicação para tudo. Não conheço a escolha de cada eleitor. Nem toda derrota se explica pelo dinheiro, e nenhum candidato tem direito de considerar ilegítimo o voto de quem preferiu outra pessoa.

Vivi, aprendi e agora vamos fazer diferente. Quero voltar às pessoas com mais tempo para ouvir, explicar as propostas a partir do problema que elas reconhecem e dar retorno sobre o que conseguimos encaminhar. Esse trabalho pode começar antes de outra eleição.

O que posso contar é a minha experiência. As propostas que recebi, as condições que me apresentaram, os relatos que ouvi e as casas em que fui recebido. Vou distinguir o que presenciei daquilo que me foi contado. Também vou discutir minhas conclusões, sem pedir que o leitor concorde com elas apenas porque são minhas.

Nasci na roça, filho de assentados. Estudei em escola pública e numa escola agrotécnica federal. Trabalhei em madeireira, fui professor, bancário e, mais tarde, empresário. Perdi pessoas que amava, construí uma família, conheci dificuldades e encontrei oportunidades. É dessa vida que vem minha maneira de pensar.

O Pará me acolheu. Aqui trabalhei e prosperei. Por isso me incomoda tanto ver a riqueza do estado convivendo com famílias sem o básico. Durante a campanha, entrei em barracos onde faltava comida naquele dia. Recebi abraços e senti a expectativa de ajuda. Quem vive uma situação assim não pode esperar que um plano de desenvolvimento amadureça para fazer a próxima refeição.

A fome é para ontem. Foi olhando para essa urgência que compreendi melhor o alcance da responsabilidade que queria assumir. O futuro precisa ser construído enquanto a vida de hoje recebe cuidado.

Vou mostrar o que aprendi e quais mudanças vou defender, das regras da política aos projetos do Moderniza Pará. Em cada proposta, quero deixar claro por onde começar, quem precisa participar e como a sociedade pode acompanhar. O que depende de decisão pública terá de passar pelo debate, pelos estudos e pelo orçamento.

Antes de chegar a essas propostas, preciso voltar à minha origem. Quero que o leitor conheça o menino da Vila Miraguai, a escola que lhe abriu caminhos, o trabalho, as perdas e as escolhas que o trouxeram até aqui. Só assim a campanha pode ser entendida como parte de uma vida, com seus méritos e suas contradições.

Minha vida é servir. Eu não vou desistir. Vou continuar, mas do meu jeito.

PARTE I

A vida que formou minhas convicções

Das minhas raízes vêm os critérios que guiam minhas escolhas.

CAPÍTULO

01



RAÍZES · PERTENCIMENTO

Filho de assentados

Nasci em 1981, em Terra Nova do Norte, no Mato Grosso, na antiga sede da cidade. Fui criado na Vila Miraguai, a 6ª Agrovila do Projeto Terra Nova. Meu nome é Júnior José Boeri. Antes de ser conhecido como Júnior do Macre, eu era o filho de uma família de agricultores que havia saído do Rio Grande do Sul em busca de uma oportunidade.

Meus pais chegaram à região em 1978. Eram gaúchos e foram assentados ali. Minha história começa nessa mudança, que aconteceu antes do meu nascimento. A terra, o trabalho e a decisão de recomeçar faziam parte da vida da minha família quando eu cheguei ao mundo.

As tradições dos meus pais continuavam presentes em nossa maneira de viver. Eu havia nascido no Mato Grosso e carregava uma história que começara no Rio Grande do Sul. Mais tarde, minha vida também seria marcada pela mudança para outro estado.

Meu pai, José Boeri, foi agricultor e também trabalhou no garimpo de ouro. Buscava alternativas para sustentar a casa. Minha mãe cuidava da roça e dos filhos. Havia sido professora

no começo de sua trajetória e foi minha maior incentivadora nos estudos.

Fiz o ensino primário em escola pública municipal. Mais tarde, a escola federal ampliaria minhas oportunidades. Minha defesa da educação pública nasce também desse caminho.

Aos onze anos, comecei a trabalhar em uma madeireira. Entrava às cinco e meia da manhã e saía às onze e meia. À tarde, ia para a escola. Trabalho e estudo passaram a dividir meus dias.

Essa rotina é uma das lembranças que explicam o que quero dizer quando afirmo que conheci a dificuldade de ter e de não ter. Eu sabia que conseguir alguma coisa exigia esforço. Com o dinheiro do trabalho, comprei minha primeira bicicleta. Foi uma conquista importante para o menino que eu era.

O trabalho fez parte da minha infância, mas quero que as crianças de hoje tenham tempo e condições para estudar, brincar e descobrir suas possibilidades.

A política também esteve presente na história da minha família. Meu pai foi vereador e vice-prefeito de Terra Nova do Norte, na década de 1990. Com ele aprendi a valorizar as pessoas e respeitar os mais humildes. Quando decidi disputar uma eleição, muitos anos depois, esse aprendizado já fazia parte da maneira como eu procurava me relacionar com os outros. Eu levava essa referência quando decidi disputar uma eleição, mas teria de responder pelas minhas próprias escolhas.

Meu esforço encontrou incentivo familiar e acesso à formação. Foi assim que aprendi o valor de uma oportunidade quando ela chega a quem precisa. Nas próximas conversas com as comunidades, vou começar pelo que as famílias já construíram e pelo que ainda lhes falta para trabalhar, estudar e permanecer no lugar onde vivem.

Aos quatorze anos, a aprovação na Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá abriu uma nova etapa. Eu sairia de casa para estudar em regime de internato.

> Foi assim que aprendi o valor de uma oportunidade quando ela chega a quem precisa.

CAPÍTULO

02



EDUCAÇÃO · OPORTUNIDADE

A escola que ampliou meu mundo

Na Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá, vivi quatro anos em regime de internato e me formei técnico agrícola. Saí da rotina de trabalho na madeireira e escola à tarde para uma vida organizada em torno dos estudos. Minha mãe insistira no valor daquela oportunidade.

Eu vinha do campo. Conhecia o trabalho da minha família e a realidade de quem dependia da terra. A escola me colocou diante de uma maneira organizada de estudar aquele universo. O que antes fazia parte da convivência passou a ser também objeto de conhecimento, de explicação e de preparação profissional. A prática ganhava instrumentos para ser compreendida e melhorada.

O internato também era formação. A escola ocupava uma parte extensa dos dias e exigia convivência, disciplina e organização. Havia conteúdos a aprender e uma rotina a cumprir. Olhando para trás, reconheço a importância de ter vivido o aprendizado dessa maneira, durante uma fase em que minha visão de mundo ainda estava se formando.

Sempre fui estudioso. Gostava de procurar explicações e relacionar o conhecimento com a vida. Essa disposição me acompanhou em cada trabalho: compreender melhor um problema aumenta a responsabilidade de procurar uma solução.

> *Quero que essa combinação alcance mais pessoas, sem tratar uma trajetória individual como prova de que basta querer.*

O estudo me deu uma base que não ficou restrita à profissão de técnico agrícola. Eu a levei para a docência, para o banco, para a administração e para o comércio. Cada ambiente exigia conhecimentos próprios, mas havia algo que atravessava todos eles: observar, aprender, organizar e procurar fazer melhor.

> A educação amplia a capacidade de mudar de caminho quando a vida exige.

Depois de me formar, trabalhei como professor e como técnico agrícola. Ao ensinar, passei a olhar o aprendizado de outra posição. Precisava tornar compreensível aquilo que sabia. O conhecimento guardado apenas na cabeça de quem ensina ainda não cumpriu sua função. Ele precisa alcançar a outra pessoa, encontrar uma dificuldade, ser explicado de novo quando necessário.

A docência me mostrou que preparar para a vida envolve leitura, raciocínio, curiosidade e convivência. A formação técnica abre portas quando permite ao jovem continuar aprendendo e escolher seu caminho.

Também aprendi que uma vaga só se torna oportunidade quando o estudante consegue permanecer: alimentação, transporte, orientação e apoio familiar fazem parte desse percurso.

Minha história reúne dedicação, incentivo e acesso ao conhecimento. A lição que levo é prática: quando defender a ampliação da educação integral, vou perguntar quem pode chegar à escola, quem consegue ficar e o que está aprendendo. Transporte, alimentação e apoio ao estudante entram nessa conta desde o começo.

CAPÍTULO

03



TRABALHO · APRENDIZADO

O que aprendi trabalhando

Madeireira, escola, banco, comércio. Passei por trabalhos que exigiam coisas muito diferentes de mim. Na sala de aula, precisava explicar. No sistema financeiro, avaliar prazos e riscos. Na empresa, decidir sabendo que a conta chegaria. Esse percurso me deu experiência, mas também me mostrou quantas vezes uma pessoa precisa aprender de novo.

Em 2000, consegui uma vaga de estágio no Banco do Brasil. Mais tarde, entrei no Sicredi, em Colíder, no Mato Grosso, onde cheguei à gerência regional. O sistema financeiro ampliou meu contato com números, processos e planejamento. Crédito, custo, prazo e risco passaram a fazer parte das responsabilidades que eu precisava compreender.

No banco, aprendi a acompanhar o que acontece depois da liberação de um recurso. O dinheiro pode viabilizar uma compra ou um investimento; depois vêm as parcelas e a necessidade de resultado. Olhar apenas para a contratação esconde a parte mais difícil da operação.

Essa experiência me ensinou a examinar o negócio antes do empréstimo: vendas, custos e caixa mostram se a dívida pode

ser paga. Levo esse aprendizado para as propostas de apoio ao empreendedor.

O cooperativismo me aproximou da ideia de organização coletiva. Pessoas que, isoladamente, enfrentam certas limitações podem reunir condições para avançar. Mas a palavra cooperação não dispensa responsabilidade. Uma organização precisa de regras, clareza e participação. Confiança deve ser acompanhada de informação e prestação de contas.

Em 2007, concluí Administração de Empresas. A formação acadêmica se somava ao que eu vinha aprendendo no trabalho. Era possível relacionar conceitos com decisões reais e perceber que uma ferramenta de gestão só tem valor quando ajuda a compreender e melhorar uma situação. Um número pode esclarecer um problema; também pode escondê-lo, se for apresentado sem contexto.

Mais tarde, ao empreender, essa diferença ficou ainda mais evidente. Vender mais não significa, automaticamente, ganhar mais. Crescer exige capital, pessoas, controle e capacidade de manter a operação. O resultado precisa ser examinado junto com as obrigações que ele cria. Essa visão me ajuda a desconfiar de promessas públicas que anunciam grandes números sem explicar o que será necessário para alcançá-los.

Minha passagem por diferentes ambientes também me fez perceber quanto as condições de vida mudam a margem de escolha de uma pessoa. Quem tem reserva consegue esperar, negociar e assumir determinados riscos. Quem depende do dinheiro daquele dia precisa decidir sob outra pressão. Os dois podem trabalhar muito, mas não partem do mesmo lugar.

Não considero que a experiência empresarial me dê resposta para tudo. Uma empresa e um governo têm responsabilidades diferentes. O cidadão tem direitos, inclusive quando o atendimento não é financeiramente rentável. O poder público precisa alcançar territórios e pessoas que não seriam atendidos apenas pela lógica do mercado. O que levo da administração é a obrigação de organizar meios para cumprir essas responsabilidades.

Também aprendi que ninguém faz um trabalho importante sozinho. Uma operação depende de equipes, de profissionais com conhecimentos distintos e de gente que percebe problemas antes de quem está na direção. Na política, vou levar esse critério para as propostas: ouvir quem executa o serviço e quem depende dele antes de defender uma decisão.

Em determinado momento, minha vida pessoal e a vontade de empreender me levaram a sair do banco. Eu começaria no comércio, com um negócio pequeno e responsabilidades novas. A experiência acumulada iria comigo. O restante, eu aprenderia enfrentando a realidade de cada dia.

> Um número pode esclarecer um problema; também pode escondê-lo, se for apresentado sem contexto.

CAPÍTULO

04



PERDAS · RECOMEÇOS

Construir, perder e recomeçar

Em 2007, deixei o banco. Tinha perdido meu irmão mais novo, Edivo, e vivido a separação dos meus pais. Minha vida pessoal me fazia olhar de outra maneira para o trabalho e para o caminho que queria seguir. Com minha esposa Josieli, comprei uma pequena mercearia na minha cidade natal, o Supermercado Colonial.

Passei a responder pela compra, pelo estoque, pelo atendimento e pelo caixa. Eu conhecia administração e finanças, mas precisava fazer esse conhecimento funcionar no negócio. O dinheiro tinha prazo para entrar e compromissos para cumprir. Cada decisão alcançava a rotina que Josieli e eu estávamos construindo.

Depois conheci o senhor Irrael, proprietário da Casa Macre, em Peixoto de Azevedo. Em 2008, adquirimos a empresa. Era um negócio muito maior. Meu pai ajudou a viabilizar a compra oferecendo, como parte do pagamento, a terra que havia recebido em 1978.

Quando digo que vim do nada, estou falando da simplicidade da minha origem. Também preciso contar essa ajuda. A terra dos meus pais carregava anos de trabalho e passou a fazer parte do começo da nossa empresa. Meu esforço teve o apoio de outras pessoas. Reconhecer isso me impede de tratar minha trajetória como prova de que todos tiveram as mesmas oportunidades.

Em abril de 2009, Josieli morreu em um acidente de carro. Nossa filha Júlia, a Julinha, tinha três anos. Foi a maior dor da minha vida.

Nós havíamos começado a empreender juntos. Depois da perda, continuavam existindo uma criança pequena, uma empresa e responsabilidades que eu precisava assumir. Segui com fé e trabalho. Isso descreve como continuei; não significa que o trabalho pudesse resolver a ausência dela.

Ao escrever sobre Josieli, quero preservar seu lugar na história. Ela participou daquela construção. Quando relato a passagem da mercearia para a Casa Macre, estou falando de uma vida compartilhada, não apenas de uma operação comercial. Minha filha também faz parte dessa memória e do que veio depois.

Depois da experiência na Casa Macre, em Peixoto de Azevedo, minha trajetória empresarial avançou para o Pará. O Macre já havia chegado a Parauapebas pelas mãos do senhor Irrael e de sua família. Tornei-me seu sócio na cidade e participei da estruturação e da expansão da empresa. A operação começou de maneira simples, num barracão com prateleiras de madeira.

É essa imagem que acompanha minha lembrança do começo: um barracão, prateleiras de madeira e um negócio que precisava funcionar. O crescimento veio com trabalho, mas também com equipes, fornecedores, clientes e famílias que

passaram a depender daquela operação. Parauapebas me deu oportunidade, e sou grato por isso.

Administrar ampliou o alcance das minhas decisões. Uma dificuldade no caixa pode chegar à folha de pagamento. Uma compra mal planejada compromete o estoque e o dinheiro que será necessário depois. A experiência empresarial me deu conhecimento porque me colocou diante dessas consequências, inclusive quando foi preciso rever decisões.

Enfrentamos dificuldades e reorganizações. Não quero apagar essa parte para apresentar uma história de prosperidade sem falhas. Construir uma empresa não torna ninguém imune ao erro. A obrigação de quem dirige é encarar o problema e responder pelo que está sob sua responsabilidade.

Houve também um custo dentro de casa. Ao escrever sobre minha vida, reconheci que havia cuidado intensamente da empresa e não dado à família o mesmo cuidado. Essa reflexão me acompanha. O trabalho pode ocupar tanto espaço que a pessoa demora a perceber o que está deixando de fazer por quem vive ao seu lado.

Sou pai de Júlia, João e Alice. Pensar no futuro deles me obriga a examinar o presente que ofereço. Posso defender uma sociedade melhor e, ao mesmo tempo, precisar corrigir a maneira como distribuo meu próprio tempo. Servir não me dispensa de cuidar da família.

Foi dessa vida que veio a vontade de participar da política. Eu havia encontrado oportunidades, estudado e prosperado. Ao meu redor, muitas famílias continuavam sem condições de fazer o mesmo. Hoje sei onde quero usar o que aprendi: ajudar a preparar projetos, reunir gente capaz de executá-los e acompanhar o resultado. Vou fazer isso com responsabilidade pelo tempo e pelos compromissos que tenho com minha família e com o trabalho.

> Servir não me dispensa de cuidar da família.

PARTE II

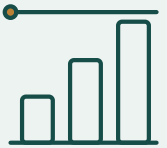
II

Por que entrei na política

O que me levou à política e o que continuo disposto a construir.

CAPÍTULO

05



RIQUEZA · DESIGUALDADE

Prosperar e continuar enxergando a desigualdade

O Pará me ofereceu oportunidades. Trabalhei muito e consegui prosperar aqui. Tenho gratidão pelo estado e pelas pessoas que fizeram parte dessa caminhada. Essa gratidão convive com uma inquietação: por que tantas famílias continuam sem o básico num território com tamanha capacidade de gerar riqueza?

Não cheguei a essa pergunta apenas por meio de um estudo. Ela nasceu da vida que eu observava enquanto trabalhava e administrava. O comércio nos coloca perto do cotidiano das pessoas. A renda da família, o emprego, o preço e a possibilidade de comprar fazem parte de uma mesma realidade. A economia aparece na vida concreta antes de aparecer num discurso.

Prosperidade individual e desenvolvimento coletivo precisam conversar. Uma empresa pode crescer e ainda existir um bairro sem saneamento ao seu redor. Uma atividade pode gerar receita

e conviver com jovens sem formação para os empregos que ela exige. Uma cidade pode movimentar dinheiro sem oferecer serviços na mesma proporção. O resultado econômico precisa ser examinado junto com as condições de vida que produz.

Vejo no Pará possibilidades que atravessam mineração, agricultura, indústria, turismo, comércio, serviços e conhecimento. Nenhuma delas se realiza apenas porque existe um recurso natural. Entre a riqueza disponível e a renda de uma família há uma sequência de decisões: formação, infraestrutura, organização da produção, financiamento, acesso a mercado e capacidade de gestão.

Se uma dessas etapas falha, parte da oportunidade fica pelo caminho. Um produtor pode colher e perder renda porque não consegue conservar ou transportar. Um jovem pode concluir um curso e não encontrar uma atividade que utilize aquela formação. Uma pequena empresa pode estar ao lado de um grande empreendimento e permanecer fora de seus contratos. O problema precisa ser olhado como uma sequência, não como um ponto isolado.

Também me incomoda a facilidade com que a palavra potencial substitui uma decisão. O Pará é chamado de rico, promissor e estratégico. Essas palavras precisam chegar a uma escola, a um posto de saúde, a uma atividade produtiva, a uma casa com condições de morar. Quando ficam apenas na apresentação, ajudam a adiar a cobrança pelo que ainda não foi feito.

Não acredito que todas as regiões devam seguir o mesmo caminho. O estado reúne realidades urbanas, rurais, ribeirinhas e florestais, com distâncias e formas de vida diferentes. Uma solução pensada para uma cidade com acesso rodoviário pode

não servir a uma comunidade que depende do rio. Respeitar essa diferença exige planejamento próximo do território.

Por isso, passei a defender um Estado capaz de induzir o desenvolvimento. Para mim, isso significa organizar condições para que as pessoas produzam, trabalhem e acessem serviços, corrigindo barreiras que elas não conseguem enfrentar sozinhas. O Estado deve conhecer o problema, reunir quem pode contribuir e assumir suas próprias obrigações.

Essa atuação precisa conviver com a iniciativa das pessoas. Quem empreende, produz ou trabalha conhece dificuldades que um gabinete pode não perceber. Universidades e instituições técnicas têm conhecimentos que ajudam a encontrar soluções. Comunidades sabem onde uma proposta encontra resistência, necessidade ou possibilidade. O planejamento melhora quando reúne essas experiências.

A empresa foi um espaço importante de realização e aprendizado. As perguntas sobre educação, infraestrutura e acesso a serviços me levaram à política porque exigem decisões coletivas. Daqui para a frente, vou avaliar cada proposta de desenvolvimento por uma pergunta: que oportunidade fica no território e quem consegue aproveitá-la?

> Também me incomoda a facilidade com que a palavra potencial substitui uma decisão.

CAPÍTULO

06



CONVICÇÕES · SERVIÇO

A política que sigo defendendo

Entrei na política por convicções: servir às pessoas, reduzir desigualdades e criar oportunidades. Queria colocar a experiência que havia adquirido a serviço de decisões que alcançassem mais gente.

Em 2026, disputei uma vaga de deputado estadual no Pará pelo Republicanos, com o nome de Júnior do Macre. Cheguei à candidatura com uma história de trabalho e uma visão de desenvolvimento que vinha amadurecendo. A campanha seria uma oportunidade de apresentar essa visão e ouvir o estado de uma forma mais ampla.

Minha candidatura foi construída dentro de um partido e de relações políticas que eu também escolhi. Não posso falar dos bastidores como se tivesse observado tudo de uma posição neutra. Entrei na disputa, procurei apoio e precisava compreender o que cada compromisso significava. A crítica que faço à política precisa alcançar também o critério com que examino minhas próprias escolhas.

Minha ideia de política não cabia apenas numa posição entre direita e esquerda. Eu queria discutir o que poderia ser feito para melhorar a vida das famílias. Como ampliar o aprendizado? Como criar trabalho e renda? Como transformar a riqueza existente em desenvolvimento? Como aproximar os serviços de quem precisa? Essas perguntas orientavam a participação que eu desejava ter.

Entendia que um deputado precisava conhecer o estado e suas dificuldades, estudar propostas, legislar, fiscalizar e articular soluções. Um mandato tem limites e instrumentos próprios. Não executa sozinho uma política inteira, mas pode ajudar a organizar prioridades, cobrar responsabilidade e aproximar instituições. Eu queria trabalhar a partir dessas possibilidades.

> *Entrei na política por convicções: servir às pessoas, reduzir desigualdades e criar oportunidades.*

Também queria fazer uma campanha coerente com o que pensava. Falar a verdade, mostrar o conhecimento adquirido na vida e explicar o que acreditava ser possível. Para mim, havia uma relação entre a maneira de chegar e a liberdade de agir depois. Se o caminho criasse obrigações incompatíveis com o interesse público, o propósito inicial poderia se perder antes mesmo de começar o mandato.

Não aceitei me afastar das convicções que me levaram à disputa. Isso não significava imaginar que bastaria apresentar um bom plano para ser compreendido. Uma campanha exige organização, presença, comunicação e confiança. Mas eu desejava que essas ferramentas servissem a uma proposta, e que o encontro com as pessoas tivesse conteúdo.

Ouvir também altera uma proposta. Uma pessoa pode concordar com um plano de futuro e precisar resolver uma urgência naquele dia. Cabe ao candidato reconhecer o problema e explicar o que pode fazer, o que depende de outros e o que exige tempo.

Ao mesmo tempo, nos bastidores, fui conhecendo outras lógicas de organização do apoio. Houve momentos em que senti uma distância enorme entre a política que pretendia exercer e as condições apresentadas para disputar. O conteúdo das propostas parecia perder espaço diante de negociações financeiras e interesses imediatos.

O que encontrei nos bastidores me fez rever a forma de buscar apoio. Continuo querendo servir, reduzir desigualdades e criar oportunidades. Vou conversar com quem queira construir essas prioridades e explicar as condições dos compromissos que eu assumir. Quero que o projeto seja o critério para escolher os apoios.

> Para mim, havia uma relação entre a maneira de chegar e a liberdade de agir depois.

CAPÍTULO

07



PROJETO · FUTURO

O plano que levei às ruas e vou defender

Levei às ruas um projeto de futuro para o Pará. Conhecia o esforço de estudar, trabalhar e construir um negócio. Via a riqueza do estado e me perguntava por que tantas pessoas continuavam sem uma oportunidade. Organizei essa resposta no Moderniza Pará. A campanha me mostrou como preciso apresentá-la daqui para a frente.

O plano reúne oito planos e projetos e quatro eixos de execução. As propostas tratam de educação, empreendedorismo, pequena mineração legal, transformação mineral, turismo, produção territorial, moradia e saúde. Os eixos cuidam da participação nas decisões, do uso responsável dos recursos, da infraestrutura e da segurança pública articulada às condições de vida.

A educação atravessa o conjunto como prioridade de longo prazo. O Projeto Educação para a Vida parte do Ensino Fundamental em tempo integral e avança para o Ensino Médio com formação técnica complementar. A escola faz parte de uma resposta que também precisa alcançar a alimentação, a saúde e a moradia.

A formação também precisa encontrar oportunidades fora da escola. Um jovem que aprende uma profissão necessita de um lugar para trabalhar. Quem produz precisa vender. Um pequeno negócio precisa organizar suas contas. Por isso, o plano aproxima a educação das atividades econômicas e dos serviços que o estado deve desenvolver.

Os conselhos de desenvolvimento ajudariam a organizar prioridades e projetos. Assim, uma emenda parlamentar poderia atender a uma necessidade discutida publicamente, com menos dependência de relações pessoais.

O plano respeita diferentes recortes do território. A produção e outras frentes de planejamento usam as doze regiões de integração. O turismo trabalha com quatorze regiões turísticas e circuitos próprios. Esses recortes têm finalidades distintas; precisam servir à vida real das comunidades, e não obrigá-las a caber num mapa.

> Um jovem que aprende uma profissão necessita de um lugar para trabalhar. Quem produz precisa vender.

Levar esse projeto à campanha exigia traduzir cada proposta para a vida de quem me ouvia. O documento detalhado era um ponto de partida; a conversa precisava mostrar que problema seria enfrentado e por onde começar.

Neste livro, apresento as razões e o funcionamento essencial dos projetos. O detalhamento está no Moderniza Pará. Na abertura da Parte V, reúno os quatro eixos e uma sequência inicial de implantação.

As propostas dependem de estudos, orçamento, equipes e decisões dos órgãos responsáveis. Um deputado pode propor, fiscalizar e articular; a execução exige a participação dos governos e das instituições competentes.

Entrei na campanha querendo falar desse futuro. Nos encontros com as famílias, vi a urgência que ele precisava atender. Nos bastidores, conheci obstáculos que um projeto escrito não conseguia remover por si só. Quando voltar a apresentá-lo, vou começar pela necessidade que a pessoa tem diante de si e mostrar o primeiro passo, quem pode encaminhá-lo e como ela poderá cobrar a resposta.

PARTE III

III

O que encontrei por dentro

O que vivi na campanha e o que vou fazer com esse aprendizado.

CAPÍTULO

08



ESCUTA · ENCONTRO

As portas que se abriram para mim

Fiz campanha porta a porta, corpo a corpo. Entrava nas casas para contar por que eu era candidato e saía levando perguntas que não estavam no roteiro. Conversava, ouvia, abraçava. Recebi carinho de gente que tinha muito pouco e que, ainda assim, abria a porta para me escutar.

É por isso que chamo aquela jornada de maravilhosa. A palavra pode parecer estranha depois das críticas que faço à campanha. Mas penso nas pessoas que encontrei. A disputa me deu decepções; a convivência com as famílias me deu uma responsabilidade que permaneceu depois da eleição.

Nas visitas, conheci casas sem banheiro e barracos em que faltava comida naquele dia. Eu chegava para falar de um projeto e encontrava uma necessidade acontecendo diante de mim. A distância entre o plano e a vida aparecia dentro da própria casa.

A falta de um banheiro e a incerteza sobre a próxima refeição deixavam de ser assuntos de uma apresentação. Estavam ali, no lugar onde a família vivia. Eu já defendia educação, moradia e saúde. Depois dessas visitas, passei a pensar mais em como a

proposta chegaria até aquelas pessoas, da primeira decisão até o atendimento.

Senti nos olhos de muita gente a expectativa de ajuda. Essa é uma lembrança que levo comigo. O carinho vinha acompanhado de esperança, e a esperança tornava mais séria cada palavra que eu dizia. Não era suficiente ter uma proposta que parecesse boa para mim. Precisava pensar em como ela alcançaria aquela vida.

Também precisava reconhecer o que um candidato a deputado podia fazer. Uma promessa feita para aliviar o desconforto de uma visita pode criar uma frustração que dura muito mais do que a campanha. A urgência da família exige honestidade sobre a responsabilidade de cada cargo e sobre o tempo necessário para agir.

Ao ouvir uma pessoa, aprendemos sobre dificuldades que um plano pode deixar de fora. A distância até a escola, o custo de procurar atendimento, a falta de um documento ou uma renda que varia alteram o acesso ao serviço. A existência de uma vaga não resolve tudo se a família não consegue chegar até ela.

Essas visitas me fizeram olhar com mais atenção para o caminho entre o serviço anunciado e a família que deveria recebê-lo. A necessidade estava ali; a resposta pública precisava conseguir chegar.

Quem me recebeu tinha muito mais a oferecer do que uma demonstração de necessidade. Havia afeto, conhecimento e vontade de melhorar de vida. Não quero que essas pessoas apareçam no livro apenas como prova da minha indignação. Elas têm história e capacidade de escolha. A pobreza é uma condição que precisa ser enfrentada, não uma definição de quem a pessoa é.

Essa distinção importa quando penso nos relatos de compra de votos. A mesma vulnerabilidade que eu encontrava nas casas aparecia nas negociações de bastidores como argumento de influência. Um operador dizia controlar um grupo. Naquele grupo havia pessoas com uma vida inteira que não cabia na quantidade anunciada.

Ouvi pessoas contando que haviam recebido ofertas de dinheiro para votar. Mais adiante, apresento esses relatos com os limites que têm. O que me marcou foi o contraste entre a urgência de alimentar uma família e a frieza com que essa urgência podia ser tratada por quem negociava apoio.

Não saí dessas visitas com a convicção de que as pessoas precisavam depender mais de mim. Saí querendo que tivessem menos necessidade de pedir um favor a qualquer político. Uma escola que ensina e um serviço que atende dão à família uma segurança que uma visita de campanha não consegue oferecer.

Continuo grato a quem abriu a porta. A eleição acabou, mas as necessidades que encontrei continuaram. Nas próximas visitas, quero ouvir antes de apresentar uma resposta, registrar as prioridades sem expor as famílias e voltar com um retorno: o que pôde ser encaminhado, o que depende de outros e o que segue sem solução.

> A pobreza é uma condição que precisa ser enfrentada, não uma definição de quem a pessoa é.

CAPÍTULO

09



URGÊNCIA · DIGNIDADE

A fome é para ontem

A fome é para ontem. Foi assim que procurei explicar o que encontrei durante a campanha. Quem precisa alimentar os filhos naquele dia não vive o mesmo tempo de um projeto de desenvolvimento. O dinheiro oferecido perto da eleição entra nessa urgência, e é por isso que me recuso a discutir o problema começando pelo desprezo a quem está com fome.

Quero entender quem se aproveita dessa situação, quem transforma o socorro em instrumento de dependência e por que a sociedade permite que uma família chegue à eleição sem ter assegurado aquilo de que precisa para viver.

A necessidade ajuda a explicar uma decisão, mas não torna todas as pessoas pobres iguais. Há quem rejeite uma oferta mesmo enfrentando dificuldade extrema. Há quem receba uma vantagem e faça outra escolha na urna. Há quem procure uma liderança porque não encontra atendimento no serviço público. A vulnerabilidade aumenta o risco de exploração; ela não elimina a consciência nem a liberdade de ninguém.

Quando uso a expressão curral eleitoral, estou criticando uma relação de dependência que restringe a cidadania. Penso na pessoa que acredita precisar de um padrinho para obter um

exame, na comunidade que recebe uma ajuda sem conseguir acessar um direito e na liderança que passa a controlar a porta de entrada de um serviço. O poder cresce quando aquilo que deveria ser público parece pertencer a alguém.

Não posso afirmar que todo governante queira manter a população pobre. Posso afirmar que existem práticas políticas que se beneficiam da pobreza e que, por isso, encontram pouco incentivo para superar a dependência. A pergunta precisa ser feita sobre o efeito das decisões: elas ampliam a autonomia das pessoas ou renovam a necessidade de pedir o mesmo favor?

Uma política social bem feita atende a urgência e ajuda a construir a saída. Alimentação, proteção de renda e atendimento de saúde não podem esperar a transformação completa da economia. Ao mesmo tempo, é preciso abrir caminho para educação, trabalho, moradia adequada e acesso regular aos serviços. A família precisa conseguir planejar a própria vida sem depender da proximidade com um candidato.

Foi olhando para essas situações que minha defesa da educação ganhou ainda mais urgência. Quero que uma criança chegue à vida adulta entendendo seus direitos, reconhecendo uma tentativa de manipulação e encontrando oportunidades reais. A escola de amanhã não tira de nós a responsabilidade com a família de hoje. São dois tempos, e os dois pedem atenção.

O atendimento também precisa de critérios públicos. Quando a regra é conhecida, quando a fila pode ser acompanhada e quando a pessoa tem onde reclamar, diminui o espaço do intermediário que vende influência. O serviço deixa de parecer um presente e passa a ser reconhecido como aquilo que é: uma responsabilidade do poder público diante do cidadão.

Essa mudança exige respeito. Ninguém deveria ser exposto por receber ajuda, constrangido a demonstrar gratidão eleitoral ou obrigado a participar de um grupo político para ter uma necessidade atendida. A dignidade inclui poder discordar de quem governa sem medo de perder o atendimento.

Quero que uma família possa discutir política sem o medo da próxima refeição. Vou defender uma resposta imediata para quem precisa de comida, com critérios públicos de atendimento. E vou cobrar que o acesso à escola, ao trabalho e aos serviços avance junto. É assim que a família ganha mais liberdade para decidir sem depender da boa vontade de um político.

> A dignidade inclui poder discordar de quem governa sem medo de perder o atendimento.

CAPÍTULO

10



EQUIPE · CONFIANÇA

O desafio de manter a equipe unida

Enquanto eu batia de porta em porta, havia uma equipe trabalhando para fazer as propostas chegarem às ruas. Era uma rotina intensa. Dentro da própria campanha, entre pessoas que trabalhavam pelo mesmo candidato, havia expectativas sobre votos, espaço e reconhecimento. E também havia intrigas e fofocas.

Parte do meu material de campanha foi desviada do depósito e jogada aos montes no lixo. O material que deveria chegar às ruas deixou de ser utilizado. Perdiam-se recursos, trabalho e a oportunidade de apresentar as propostas a quem ainda não as conhecia.

Na estrutura de apoio e gestão que compartilhávamos com uma candidatura parceira, houve outra dificuldade. Em alguns momentos, nossa equipe recebia a informação de que determinado material havia acabado. Depois, ele era encontrado. A diferença entre a informação recebida e o que estava disponível prejudicava o trabalho.

Esses episódios alimentaram minha suspeita de interferência por dentro da campanha. Considerei a possibilidade de pessoas serem colocadas ou aliciadas por adversários, mas não tenho elementos para atribuir a eles a autoria dessas ações. O prejuízo enfrentado e a hipótese sobre sua origem são coisas distintas.

Muitos queriam mostrar a quantidade de votos que afirmavam reunir. Queriam ser reconhecidos como importantes, às vezes como fundamentais para a vitória. A atenção dada a uma liderança podia ser recebida por outra como perda de espaço. O candidato precisava continuar sua caminhada e, ao mesmo tempo, lidar com essas tensões.

Parte das expectativas já estava voltada para depois da eleição. Para quem vive da política, uma campanha vitoriosa pode representar trabalho, renda e continuidade. Algumas pessoas começavam a pensar no lugar que teriam se o candidato ganhasse. A esperança de uma nomeação em um órgão público aparecia junto com o esforço para conquistar o mandato.

A expectativa de um espaço depois da vitória criava pressão para manter o núcleo de apoio e preparar a eleição seguinte. O risco era organizar compromissos futuros em função da estrutura da campanha, antes de examinar as necessidades do serviço público.

Enxerguei aí um ciclo difícil de romper. Quem quer disputar de novo tenta manter por perto o núcleo que trabalhou na eleição. Quem compõe esse núcleo, por sua vez, quer saber qual será seu futuro. Eu precisava lidar com essa expectativa sem tratar o cargo público como recompensa antecipada.

Participar de uma campanha não diminui a capacidade de ninguém para exercer uma função pública. Mas a escolha para um cargo precisa considerar o preparo e o trabalho que será

realizado. Quando a expectativa de recompensa ocupa o primeiro lugar, a necessidade de manter a estrutura política passa a disputar espaço com a necessidade da população.

Também percebi movimentos para desestabilizar o trabalho dos concorrentes. Em certas negociações, tirar uma liderança de outra campanha podia ser tão importante quanto conquistar um novo apoio. Minha impressão era de que, para alguns, enfraquecer o outro fazia parte da estratégia. As intrigas ampliavam o efeito: além da saída de uma pessoa, podiam deixar desconfiança entre as que permaneciam.

Havia ainda o chamado fogo amigo. Alguém não queria participar porque outra pessoa estava comigo. A presença de um apoiador afastava outro. O candidato se via no meio de relações e ressentimentos que nem sempre tinham começado naquela eleição.

Até um cumprimento podia virar motivo de insatisfação. Houve quem dissesse que não votaria em mim porque eu não o havia abraçado do jeito esperado. Para quem está cumprindo uma agenda intensa, aquilo pode parecer pequeno. Para quem esperava atenção, o encontro podia ter outro significado.

Essa convivência me mostrou o peso do reconhecimento pessoal na política. Eu precisava ouvir e conferir informações, distinguindo falha de organização, conflito pessoal e ação deliberada. A suspeita sem critério poderia atingir até quem tentava ajudar.

Minha experiência de mais de vinte e cinco anos lidando com pessoas me ajudou bastante. Eu já conhecia a responsabilidade de conduzir equipes e enfrentar dificuldades. Essa bagagem me ajudou a não entrar em todas as intrigas. Consegui manter meu time coeso, com poucas baixas.

Construímos um pequeno grupo de frente que realmente defendeu o projeto. Gente que acreditou e lutou com todas as forças. Essas pessoas fazem parte da história da campanha. Quando falo dos conflitos, preciso falar também da dedicação que nos permitiu continuar trabalhando.

Foi uma intensidade muito grande. Em alguns momentos, tudo aquilo parecia uma loucura: a caminhada nas ruas, as disputas internas e a pressão pelo resultado acontecendo ao mesmo tempo. Ainda assim, considero um privilégio ter participado e conhecido a política por dentro. Vi dificuldades que não compreenderia apenas observando de fora e reconheci pessoas com quem vale a pena construir um projeto.

Se eu voltar a organizar uma campanha, vou combinar as responsabilidades desde o início: quem guarda o material, quem confere o estoque e quem confirma a entrega. Quando houver divergência, a primeira providência será apurar o que aconteceu. Também vou deixar claro que o trabalho na equipe tem valor por si mesmo. Uma função pública precisa ser preenchida pelo que o serviço exige e pelo preparo de quem vai exercê-la.

> Até um cumprimento podia virar motivo de insatisfação.

CAPÍTULO

11



ALIANÇAS · INTERESSES

Os partidos e os interesses de ocasião

Eu vim para a política por ideologia, por acreditar no dever de servir. Nas negociações que conheci, vi que o partido e o apoio podiam mudar enquanto o projeto permanecia em segundo plano. Foi assim que comecei a perceber o peso dos interesses de ocasião em parte dos agrupamentos que disputavam a eleição.

Essa crítica vem das relações que vivi. Não descreve toda pessoa filiada a um partido. Há militantes e lideranças que trabalham por convicção. Mas o que encontrei em certas conversas estava muito distante da identidade política que eu esperava reconhecer.

A expressão “fechamento político e financeiro” resumia uma parte dessas conversas. O apoio era apresentado como algo que dependia de um acerto. Havia estrutura, grupo, valor e expectativa de contrapartida. Em certas negociações, a discussão sobre o projeto parecia secundária diante da pergunta sobre quanto seria colocado à disposição.

Uma campanha tem custos legítimos: trabalho, veículos, espaços e materiais. Uma liderança pode mobilizar pela confiança, pela história e pelo trabalho comunitário. Pode apresentar uma proposta, convencer e reunir apoio. A relação muda quando alguém passa a oferecer as escolhas dos outros como se pudesse dispor delas. O capítulo seguinte mostra como essa diferença apareceu nas ofertas que recebi.

Eu percebia uma fragilidade nesse tipo de compromisso. Se o vínculo dependia sobretudo do valor acertado, outra oferta podia mudar sua direção. A candidatura que investira tempo em organizar presença e comunicação podia descobrir, perto da votação, que a estrutura já se movimentava por outro interesse. A confiança era substituída por uma expectativa de preço.

Também se torna difícil renovar. Quem chega com uma proposta precisa encontrar lugar em estruturas que já têm relações, prioridades e critérios de distribuição de recursos. Se esses critérios não são claros, o candidato depende da proximidade com quem decide. O partido pode se tornar uma barreira para a mesma participação que deveria organizar.

Quero partidos em que o programa tenha consequências. Que um apoio seja explicado publicamente, que a distribuição de recursos tenha critérios conhecidos e que o debate interno não dependa apenas do poder de poucos dirigentes. O eleitor deveria conseguir acompanhar por que uma aliança foi construída e quais compromissos ela pretende cumprir.

Também reconheço que a política exige composição. Pessoas diferentes precisam conversar, negociar prioridades e construir maioria. Não existe vida democrática sem acordos. O que deve ser examinado é seu conteúdo: se organizam uma ação pública,

se são transparentes e se preservam a liberdade de quem participa.

Minha decepção nasceu quando senti que essa construção era substituída pela negociação de dependências. A pessoa vulnerável aparecia como parte de um grupo controlável; a liderança, como vendedora de acesso; o candidato, como comprador potencial. É uma forma de relação que enfraquece a cidadania desde o início.

O que vou fazer diferente começa antes de aceitar um apoio. Quero combinar qual prioridade vamos defender, qual é o trabalho de cada parte e o que poderei explicar em público.

> Se o compromisso só fizer sentido enquanto estiver escondido, ele não serve ao projeto que quero construir.

CAPÍTULO

12



BASTIDORES · ESCOLHAS

O preço de uma liderança

Eu vi os cadernos. Me ofereceram votos.

Os cadernos vinham acompanhados de pessoas mapeadas e de uma promessa de apoio. Na conversa, os operadores atribuíam um preço à quantidade de votos que afirmavam reunir. A apresentação ligava a lista ao pagamento e à expectativa de entrega.

A referência que conheci era de cerca de R$ 150 por voto. Somava-se a ela uma mensalidade de R$ 4 mil, a contar do fechamento. O tempo restante de campanha mudava o tamanho desse compromisso.

Havia ainda o chamado passe da liderança, apresentado por fora, que podia chegar a R$ 50 mil ou mais, a depender da importância que atribuíam à pessoa e ao grupo que ela dizia controlar. Valor de entrada, pagamento mensal e preço relacionado aos votos apareciam como parcelas diferentes do negócio. Era assim que a expressão fechamento político e financeiro ganhava conteúdo.

As combinações variavam conforme o grupo anunciado, o momento e a procura. Esses valores pertencem às propostas que conheci; não constituem uma média das eleições.

O que me impressionou foi a naturalidade com que se apresentava aquela conta. Na conversa, pessoas com histórias e necessidades diferentes se tornavam uma quantidade que alguém dizia poder entregar.

Eu vinha de atividades em que calcular custo, prazo e quantidade era parte do trabalho. Naquelas conversas, esse vocabulário aparecia ligado à escolha de outras pessoas. A experiência no comércio tornava a comparação ainda mais incômoda. O que estava sendo apresentado como mercadoria era um direito que não pertencia ao intermediário.

Um caderno, sozinho, não comprova uma irregularidade. Uma equipe pode registrar contatos e organizar visitas. O que dá sentido ao meu relato é a associação que me foi apresentada entre a lista de pessoas, a promessa de votos e o pagamento. Separar esses elementos apagaria justamente aquilo que me chamou a atenção.

O trabalho remunerado de campanha tem outra finalidade. Organizar reuniões, dirigir veículos ou distribuir material são serviços. A distinção está no compromisso cobrado: executar uma tarefa ou prometer o voto alheio.

A pergunta que eu fazia era sobre o compromisso cobrado. Reunir gente para me ouvir ainda deixava cada pessoa livre para decidir. Nos cadernos que me apresentaram, a conversa começava pela promessa de que essa decisão já estava acertada. O eleitor, que eu queria ouvir, acabava fora da negociação.

Essa promessa também precisa ser examinada. Quem afirma controlar votos pode estar exagerando o próprio poder. O eleitor pode ouvir a orientação e votar de outra maneira. Eu não conheço a decisão individual das pessoas daqueles cadernos. A oferta que recebi demonstra o que os intermediários se dispunham a negociar, não prova o controle que alegavam exercer.

Mesmo sem garantir votos, essa alegação pressionava a disputa. Fazia parecer que o acesso a uma comunidade dependia de pagar a quem se apresentava como sua porta de entrada. Diante desse ambiente, mantive a decisão de procurar as pessoas, conversar e apresentar o projeto. Foi o caminho que segui, mesmo sem alcançar o resultado eleitoral que desejava.

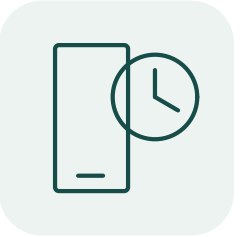
Quando lembro dos cadernos, penso nas casas em que entrei. As pessoas que eu encontrava tinham necessidades, histórias e direito de escolher. A campanha me colocou diante dessas duas maneiras de enxergá-las. Uma exigia conversa e responsabilidade. A outra procurava transformar a vulnerabilidade em preço.

Na próxima conversa sobre apoio, vou perguntar que trabalho a liderança pretende realizar: reunir pessoas, organizar um encontro, apresentar uma demanda. É isso que posso acompanhar. O voto de quem participa da conversa continua sendo uma decisão livre, e é com cada pessoa que quero falar.

> O eleitor, que eu queria ouvir, acabava fora da negociação.

CAPÍTULO

13



PRESSÃO · RETA FINAL

O leilão dos últimos dias

Uma campanha muda de ritmo quando a eleição se aproxima. As equipes ficam cansadas, a preocupação aumenta, os compromissos se acumulam. É um período em que o candidato procura entender se a conversa que teve nas ruas se transformará em voto. Para mim, também foi o momento em que ficou mais evidente a distância entre o trabalho de convencer e o mercado de apoio que eu estava conhecendo.

Nas casas, eu conversava e procurava construir confiança. Nos relatos dos bastidores, descobria que grupos podiam ser apresentados a outro candidato por uma oferta maior. O esforço de semanas passava a disputar espaço com uma negociação das últimas horas.

Nos relatos que chegaram a mim, a aproximação da votação elevava os valores: a referência de R$ 150 por voto podia chegar a R$ 350. A procura, a urgência e o poder de mobilização alegado pelo intermediário entravam na conta. São números do que me foi oferecido ou relatado naquele contexto, sem uma pesquisa que permita generalizá-los.

Também ouvi a descrição de uma espécie de regra interna: se aparecesse uma oferta maior, o grupo poderia mudar de lado e o dinheiro recebido antes seria devolvido. Essa foi uma das coisas mais difíceis de compreender. No relato desse mercado, havia uma preocupação em acertar as contas entre os negociadores, enquanto a escolha política das pessoas era tratada como mercadoria. A palavra ética chegava a ser usada nesse ambiente, mas aquilo era, no máximo, uma convenção entre os participantes do negócio.

Foi difícil ouvir aquilo e lembrar das pessoas que tinham me recebido. Na rua, o que eu tinha diante de mim era alguém com direito de decidir. Na descrição dos intermediários, as pessoas viravam quantidade, e a conversa sobre apoio passava a ser uma conversa sobre entrega.

Vi cadernos e recebi propostas. As devoluções de dinheiro e outras transações foram descritas por terceiros; não acompanhei sua execução. Essa diferença delimita o alcance do meu testemunho.

Nos relatos que ouvi, uma mensagem de celular podia anunciar a mudança de apoio. O operador afirmava que o grupo acompanharia o novo acordo. Isso descreve a pretensão de controle que ele vendia, não a decisão de cada pessoa na urna. O sigilo do voto impede que essa promessa seja confundida com uma garantia.

Vi votações que me surpreenderam em lugares onde não havia percebido presença de campanha equivalente. Isso me provocou perguntas, mas minha percepção não alcançava todo o trabalho dos outros candidatos. Um resultado alto não comprova compra de votos. O que posso relatar com segurança é o que me foi

oferecido; uma acusação sobre outra campanha exige elementos próprios.

Ainda assim, as ofertas que recebi já eram suficientes para mostrar um problema sério. Se um candidato acredita que precisa garantir dinheiro para as últimas horas, toda a sua preparação pode passar a obedecer a essa expectativa. O projeto perde espaço. A conversa vira uma etapa secundária. A eleição começa a ser tratada como uma operação financeira cujo resultado será cobrado depois.

Quem investe recursos esperando recuperar o valor dentro do poder chega ao mandato com uma obrigação diferente daquela que assumiu publicamente. O cidadão vê a promessa de melhorar a escola, a saúde e a cidade. Por trás dela, pode haver cobranças que nunca foram apresentadas à sociedade. É essa possibilidade de uma dívida escondida que me preocupa.

A resposta precisa alcançar o caminho do dinheiro, a atuação dos intermediários e a proteção de quem denuncia. Também precisa preservar a liberdade de organização política. Uma liderança tem o direito de mudar de opinião, romper um acordo e apoiar outro projeto. O problema aparece quando a mudança é comprada e acompanhada da negociação do voto alheio.

Na reta final, vou manter o esforço nas ruas e na comunicação com as pessoas, sem tratar promessas de votos como garantia de resultado. Quando houver indícios concretos de uma irregularidade, vou defender que sejam encaminhados para apuração e que quem denuncia tenha proteção.

> A pressão de uma eleição não pode decidir os compromissos com que alguém chega ao poder.

CAPÍTULO

14



RESULTADO · APRENDIZADO

O que vou fazer diferente

Não fui eleito. Eu queria chegar à Assembleia Legislativa e não cheguei. Preciso examinar o que encontrei na disputa e o que dependeu das minhas próprias escolhas. A frustração faz parte dessa história, assim como o trabalho que realizamos.

Ao olhar para os 8.399 votos, pensei em quem tinha aberto a porta e parado para ouvir. O resultado me obrigava a reconhecer tanto a confiança que recebemos quanto a distância entre o alcance que havíamos construído e o que a disputa exigia.

Diante das situações que encontrei, minha decisão foi seguir a caminhada da maneira como acredito que a política precisa ser feita: porta a porta, corpo a corpo, entrando na casa das pessoas, ouvindo e apresentando aquilo em que eu acreditava. Continuei por esse caminho mesmo depois de conhecer as ofertas e as práticas dos bastidores.

Na reta final, comecei a perceber que dificilmente alcançaríamos o resultado que buscávamos. Eu não tinha tempo para visitar todas as pessoas que precisava alcançar. Cada conversa tinha valor, mas o território era grande e os dias

estavam acabando. Minha disposição para trabalhar encontrava um limite de tempo e de alcance.

Continuei caminhando e apostei um pouco mais na internet para que mais pessoas me vissem e conhecessem minhas propostas. Procurei ampliar por ali a presença que já não conseguiria ter pessoalmente. Não foi suficiente.

Saí com a sensação de que o sistema era maior e mais forte do que a estrutura que eu havia conseguido construir. As ofertas que recebi e as práticas que me foram relatadas pesaram nessa percepção. Elas merecem ser discutidas, mas não explicam, sozinhas, o resultado.

Houve pessoas que podem ter ouvido minhas propostas e não gostado delas. Outras talvez não tenham se identificado comigo. Também houve aquelas às quais minha mensagem pode não ter chegado com a clareza necessária.

> *O eleitor não me deve uma justificativa por ter escolhido outra pessoa.*

A polarização também entrou nessa experiência. Em muitos momentos, senti que meu discurso sobre educação, desenvolvimento e oportunidades ficava abafado pela disputa entre os campos políticos que dividem o país. Minha percepção era de que, para parte das pessoas, a posição de um candidato nessa disputa vinha antes do interesse em conhecer suas propostas.

Acredito que a maioria das pessoas não vende seu voto. A polarização dificultou algumas conversas, mas não posso confundir toda discordância comigo com falta de escuta. O eleitor tem o direito de ouvir, avaliar e escolher outro caminho.

Primeiro, vou planejar a presença desde o começo. Na reta final, eu já sabia que não conseguiria visitar todo mundo. Vou definir com a equipe onde precisamos estar, o que conseguimos acompanhar e como manter contato com quem não conseguirmos visitar pessoalmente.

Segundo, vou traduzir o plano em prioridades que qualquer pessoa possa discutir. Ter escrito o Moderniza Pará não tornava as propostas automaticamente conhecidas. Quero explicar, para cada prioridade, o primeiro passo, o resultado esperado e o que depende de outros. Quem entende o projeto continua livre para preferir outro.

Na campanha, a internet ampliou o que eu conseguia mostrar, mas ganhou peso quando já faltava tempo. Da próxima vez, vou usá-la desde o início para explicar propostas, receber perguntas e perceber o que ainda não ficou claro. O alcance importa; a compreensão também precisa ser acompanhada.

Terceiro, vou separar o compromisso da liderança da decisão do eleitor. Também escolhi partido e apoios. Cabe a mim combinar o trabalho, verificar o que foi realizado e reconhecer quando uma escolha minha precisa mudar. Vou aplicar a mim o mesmo rigor com que examino os outros.

Uma quantidade de votos anunciada por um apoiador não é uma certeza. O que posso acompanhar é a presença, a organização e a qualidade do trabalho realizado. A escolha individual permanece com o eleitor, inclusive quando ele participa de uma reunião ou manifesta simpatia pela candidatura.

Minha experiência com pessoas ajudou a manter a equipe unida. Mesmo assim, a política me colocou diante de dificuldades próprias. Na empresa, muitas decisões passam por uma autoridade mais definida. Na vida pública, interesses legítimos

entram em conflito e a execução depende de instituições diferentes. Preciso continuar aprendendo a negociar, ouvir e aceitar esses limites.

Também quero pessoas que tenham liberdade para apontar um erro e conheçam dificuldades que eu não percebi. Um projeto precisa suportar perguntas para melhorar. Há gente séria no serviço público, nos partidos e nas comunidades, e a mudança depende de construir compromissos com essas pessoas.

Minha vida já teve perdas muito maiores do que uma eleição. Isso não apaga a dor do resultado. Lembra que continuar exige cuidar da família, das empresas e das responsabilidades que permanecem. A política precisa caber numa vida em que outras pessoas também dependem de mim.

A vontade de servir permaneceu. A campanha mudou a maneira como vou colocá-la em prática: preparar a presença com antecedência, explicar melhor o projeto e acompanhar o trabalho de quem caminha comigo. Essas são decisões minhas. O que precisa mudar nas regras da disputa é a conversa que vem a seguir.

> Um projeto precisa suportar perguntas para melhorar.

PARTE IV

IV

A política que precisamos construir

As regras e os compromissos que vou defender daqui para a frente.

CAPÍTULO

15



DIÁLOGO · RESPEITO

Trazer as pessoas de volta ao debate

Na campanha, em parte das conversas, senti que saber de que lado eu estava vinha antes de conhecer minhas propostas. Eu queria discutir escola, emprego ou atendimento de saúde. A conversa podia começar pela disputa nacional e terminar ali mesmo. O problema da família continuava no mesmo lugar.

Nas ruas, senti o cansaço de uma discussão em que as pessoas já chegavam divididas. Em alguns encontros, a posição que esperavam de mim no debate nacional ocupava o tempo que eu esperava usar para explicar a proposta. Isso me fez pensar também nos meus filhos e no tipo de conversa pública que quero que eles encontrem quando crescerem.

O eleitor tem todo o direito de querer saber o que um candidato pensa. As diferenças sobre impostos, prioridades e o papel do Estado têm consequências reais. O que me preocupa é perder a oportunidade de discutir uma proposta porque o rótulo já decidiu quem merece ser ouvido.

Também vi bravatas, insultos e cortes de internet ganharem atenção. A mesma ferramenta pode servir para explicar uma decisão, mostrar o trabalho e permitir que o cidadão cobre. Para isso, quem fala precisa aceitar perguntas menos vistosas: quanto custa, quem pode executar e o que acontece se a promessa não sair do papel?

Minha experiência profissional me ajuda a formular algumas dessas perguntas. Em muitos assuntos, preciso de quem conhece o serviço, de quem estudou o problema e de quem vive com suas consequências. Quero conseguir rever uma proposta quando uma dessas pessoas aponta algo que eu não percebi.

A escola pública mudou minha própria vida. Quando cobro que a educação chegue mais longe, sei o que devo ao trabalho de quem veio antes. Consigo reconhecer o que já deu certo e, justamente por isso, quero discutir o que faltou a quem não encontrou as oportunidades que tive.

Vou conversar também com quem pensa diferente de mim. Quero ouvir a objeção inteira, responder pelo que consigo explicar e dizer quando ainda falta uma resposta. Se a crítica revelar um problema que eu não tinha visto, vou rever a proposta e explicar por quê.

> *Quero um debate em que a pessoa consiga mudar de opinião sem ser tratada como inimiga.*

CAPÍTULO

16



RENOVAÇÃO · INSTITUIÇÕES

O poder precisa de renovação

Na campanha, conheci o peso das relações que já existem antes de uma candidatura chegar. Quem está há mais tempo conhece os dirigentes, tem interlocutores nos municípios e participa das decisões sobre apoio e recursos. Essa experiência tem valor. Ela se torna uma barreira quando quem está de fora não consegue sequer conhecer os critérios para disputar espaço.

É daí que vem minha defesa da renovação. Quero que os partidos divulguem como escolhem candidaturas, formam alianças e distribuem recursos. A troca de nomes resolve pouco se as decisões continuam nas mesmas mãos e pelos mesmos caminhos.

Para o Executivo, defendo discutir um limite definitivo de um ou dois mandatos na mesma função, com uma regra que impeça retornos sucessivos. Para deputados estaduais, deputados federais e vereadores, proponho até doze anos no mesmo cargo: três mandatos de quatro anos. No Senado, o mandato de oito anos exige uma regra própria.

Uma restrição à permanência do mesmo partido no Executivo é hipótese para debate. Pode limitar a escolha do eleitor e deixar intacto o grupo que apenas troque de legenda. Minha prioridade é coibir o uso da máquina pública e a distribuição opaca de recursos para manter um grupo no poder.

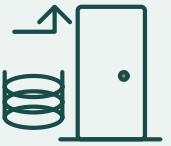
Para o Supremo Tribunal Federal, defendo idade mínima de 55 anos e mandato único de até 12 anos, encerrado antes se o ministro atingir a aposentadoria compulsória aos 75 anos. A proposta vale para futuras nomeações e precisa preservar a independência da Corte. As notas explicam como funcionaria esse limite.

Vou defender que os partidos publiquem seus critérios de escolha e de apoio antes da disputa. Quem já contribuiu deve poder passar adiante o que aprendeu. Quem está chegando precisa saber por onde entrar e como apresentar seu trabalho, sem depender de uma autorização informal.

> A troca de nomes resolve pouco se as decisões continuam nas mesmas mãos e pelos mesmos caminhos.

CAPÍTULO

17



RECURSOS · TRANSPARÊNCIA

O dinheiro e as portas de entrada

Quando comecei a procurar apoio, eu sabia que uma campanha teria despesas. O material precisava ser produzido e chegar às ruas. Havia deslocamento, gente trabalhando e encontros para organizar. Eu vinha de uma vida em que custo, prazo e responsabilidade faziam parte de qualquer decisão.

O que me surpreendeu foi ouvir a expressão fechamento político e financeiro aplicada a compromissos muito diferentes. Uma coisa era ter alguém para preparar uma reunião ou apresentar a candidatura numa comunidade. Outra era receber uma proposta em que a própria escolha das pessoas aparecia como parte da entrega. Era essa diferença que me incomodava quando me mostravam os cadernos.

Nas visitas, eu conseguia ouvir uma objeção, explicar uma ideia e descobrir o que estava faltando. Quando a conversa de bastidor começava por quantos votos alguém dizia ter, aquele trabalho todo sumia da conta. Eu não sabia como aquelas pessoas votariam. Quem me mostrava a relação também não tinha como dar essa garantia.

A experiência me fez pensar em quem consegue disputar. Quem está chegando precisa fazer suas propostas circularem e encontrar gente para trabalhar com ele. Se os critérios de acesso aos recursos são conhecidos por poucos, a relação com quem decide a distribuição pode pesar mais que o projeto. Quero discutir como diminuir essa barreira.

Vou defender regras de financiamento que o eleitor consiga conhecer enquanto a disputa acontece. Quero que seja possível saber quem apoia uma candidatura e, depois da eleição, acompanhar o destino do dinheiro público. No capítulo 18, explico o que proponho mudar na representação e no financiamento. No capítulo 19, mostro como planejar e fiscalizar as emendas a partir de prioridades públicas.

> Se os critérios de acesso aos recursos são conhecidos por poucos, a relação com quem decide a distribuição pode pesar mais que o projeto.

CAPÍTULO

18



REPRESENTAÇÃO · ACESSO

Representação e financiamento precisam mudar

O Pará é grande demais para que a representação política ignore as distâncias. Uma demanda de uma comunidade ribeirinha, de um município minerador ou de uma região agrícola pode chegar ao centro das decisões por caminhos muito diferentes. Quem vive longe da capital precisa encontrar uma voz capaz de conhecer suas condições e acompanhar aquilo que foi prometido.

Por isso, defendo discutir a adoção do voto distrital para deputados estaduais e federais. Quero uma relação mais nítida entre o representante e o território pelo qual ele responde. Quando uma região sabe quem deve acompanhá-la, fica mais fácil cobrar presença, comparar compromissos e observar resultados ao longo do mandato.

Na minha experiência, a disputa espalhada por muitos municípios favorece estruturas extensas de intermediários. Isso não torna ilegítima toda campanha estadual, mas eleva o custo

de presença e pode aumentar a dependência de quem promete entregar grupos de eleitores. Reduzir a área de disputa pode aproximar o debate da realidade local e permitir um acompanhamento mais direto.

O desenho dos distritos exigiria critérios técnicos públicos, equilíbrio populacional e respeito às relações econômicas, culturais e de deslocamento. Defendo uma instância técnica independente das candidaturas para propor as fronteiras, com mapas e justificativas abertos, consulta pública e possibilidade de contestação. Quem já tem mandato não pode desenhar sozinho o território em que pretende se reeleger.

Também é necessário cuidar da representação de pensamentos e grupos que não formam maioria em nenhum território. Esse é um desafio do modelo distrital puro. A comparação com sistemas mistos deve fazer parte da discussão, para que a proximidade regional não custe o desaparecimento de parcelas importantes da sociedade no Parlamento.

Para que o distrito não consolide o domínio de uma liderança local, a reforma precisa assegurar seleção partidária transparente, debates acessíveis aos concorrentes, divulgação comparável de receitas e fiscalização do uso da máquina pública. Canais de denúncia devem funcionar sem depender do grupo que governa a região. A proximidade geográfica só será um avanço se vier acompanhada dessas condições de competição.

O financiamento é a outra parte dessa discussão. Na forma como conheci o sistema, a concentração de recursos nas direções partidárias deu aos dirigentes um poder muito grande sobre quem consegue disputar em condições melhores. O

dinheiro público destinado à campanha não chega a todos com o mesmo critério nem na mesma proporção.

Minha posição é encerrar o financiamento público de campanhas e permitir uma participação privada mais ampla, inclusive com a discussão sobre doações de empresas. Quero que a sociedade possa apoiar diretamente os projetos em que acredita, com identificação de quem doa e acompanhamento do que entra e do que sai. Trata-se de uma proposta de mudança das regras, e não de uma descrição do que a legislação já permite.

As pessoas físicas já podem doar dentro dos limites legais. As empresas não podem fazer doações eleitorais diretas no regime brasileiro atual. Portanto, quando digo que precisamos liberar, estou defendendo alterar esse desenho. A discussão deve ser explícita, para que ninguém confunda minha opinião com uma autorização existente.

Minha preferência pelo financiamento privado parte da ideia de distribuir a decisão de apoiar entre mais pessoas, reduzindo a dependência de uma direção partidária. Não decorre apenas da insatisfação com o valor que recebi. Quero que uma candidatura possa buscar apoio voluntário para seu projeto e responda publicamente pela origem desse apoio.

Essa escolha tem um custo que não escondo: pessoas e empresas dispõem de capacidades muito diferentes de financiar. Encerrar o fundo público não elimina essa desigualdade. Por isso, a mudança que defendo deve ser examinada junto com medidas que reduzam o custo de disputar e ampliem a participação de pequenos doadores. A dificuldade de fiscalizar uma regra tampouco justifica eliminá-la sem um mecanismo de controle melhor.

Defendo ampliar a liberdade de contribuição, com registro tempestivo, identificação do doador efetivo e rastreamento das despesas. A sociedade deve saber quem está financiando quem enquanto ainda pode avaliar essa informação na eleição. Uma prestação de contas que só esclarece o essencial muito depois da votação chega tarde para a escolha do eleitor.

A proposta deve identificar o doador efetivo, impedir contribuições ocultas por intermediários, expor a concentração dos recursos por grupo econômico e estabelecer regras claras para conflitos com contratos públicos. Contrapartidas indevidas precisam ter consequência. Esses controles permitem detectar dependências; a simples publicação de uma lista de doadores não impede que um grande financiador concentre influência.

Para quem começa sem patrimônio ou grandes financiadores, proponho arrecadação digital de baixo custo, facilitação das pequenas contribuições e prestação de contas proporcional à complexidade da campanha. Debates e espaços de apresentação de propostas devem ter critérios públicos de acesso. A redução das barreiras de organização e comunicação precisa acompanhar qualquer mudança no dinheiro disponível.

Não apresento essas medidas como garantia de igualdade. A reforma deve comparar seus efeitos sobre candidaturas novas e sobre a concentração das doações, com uma transição definida antes da disputa. Mantenho minha preferência pela ampliação do apoio privado, mas sua implementação precisa demonstrar que amplia a participação, em vez de apenas substituir dirigentes por financiadores como donos das portas de entrada.

Os Estados Unidos não oferecem um modelo de liberdade irrestrita que possa ser descrito numa frase. Existem limites para contribuições diretas e regras diferentes para certas

despesas independentes. Minha referência àquele país é um convite a estudar formas de arrecadação, não uma afirmação de que lá não existam limites ou problemas.

Nenhuma forma de financiamento transforma compra de votos em uma prática aceitável. O dinheiro de campanha pode pagar trabalho, deslocamento, comunicação e despesas permitidas. Não pode comprar a escolha de uma pessoa. Essa distinção deve orientar tanto a lei quanto a fiscalização.

Vou levar representação e financiamento juntos ao debate. Para avaliar uma mudança, quero fazer três perguntas: ela aproxima o representante de quem vive no território? Torna a origem do dinheiro conhecida a tempo de informar o voto? Abre espaço para novas candidaturas? É por essas respostas que pretendo defender e cobrar as regras da disputa.

> Uma prestação de contas que só esclarece o essencial muito depois da votação chega tarde para a escolha do eleitor.

CAPÍTULO

19



PARTICIPAÇÃO · RESULTADOS

A sociedade precisa participar das decisões

Depois da campanha, uma pergunta ficou: como fazer um projeto continuar quando muda quem governa? Se uma comunidade só consegue atenção quando encontra alguém influente, a troca de governo pode obrigá-la a começar tudo de novo. Quero que a prioridade seja conhecida e que a decisão possa ser cobrada, inclusive por quem não apoiou o governante.

Eu tinha entrado em casas onde a necessidade não podia esperar. Voltei dessas visitas pensando em quem escuta uma comunidade quando acaba a agenda de campanha. Quem mora ali sabe o que falha no dia a dia. Para esse conhecimento orientar uma decisão, precisa haver um jeito de registrar a prioridade e acompanhar o que foi feito depois.

No Moderniza Pará, proponho conselhos de desenvolvimento com participação da sociedade, do setor produtivo e do poder público. A escolha dos integrantes deve ter critérios públicos, mandatos definidos e divulgação de vínculos. Reuniões descentralizadas e formas de participação à distância ajudam a

ouvir quem trabalha, mora longe ou depende do rio para se deslocar. Comunidades rurais, povos tradicionais, mulheres e jovens precisam ter condições reais de participar.

O ponto de partida é conhecer o território. Onde faltam vagas na escola? Quem precisa viajar para conseguir atendimento? Onde o produtor perde mercadoria por falta de transporte? A partir dessas perguntas, a prioridade vira projeto, com público definido, alternativas, custo para implantar e manter, responsável e prazo. Escritórios regionais de projetos podem ajudar municípios que conhecem o problema, mas não dispõem de equipe para preparar a solução.

As propostas precisam passar pelos instrumentos legais de planejamento e orçamento. O conselho ajuda a fundamentar as escolhas e a cobrar explicações; a decisão e a execução continuam com os órgãos competentes. Se uma emergência alterar a prioridade, a justificativa deve ser registrada e comunicada.

Defendo manter as emendas parlamentares. Elas podem financiar prioridades que não costumam chegar aos centros de decisão. Uma emenda para uma unidade de saúde, por exemplo, precisa considerar onde já existe atendimento, quem vai trabalhar ali e quem pagará o funcionamento. É para isso que serve uma carteira pública de projetos: o parlamentar pode destinar o recurso a uma necessidade examinada, com condições de execução e um resultado que a comunidade possa cobrar.

Quero que o cidadão consiga seguir o dinheiro até a entrega. Um painel público deve informar o projeto, o valor, quem recebeu, quem executa, o que foi pago e por que houve atraso ou mudança de custo. Contas específicas e a identificação de

fornecedores ajudam a rastrear os pagamentos, inclusive quando o executor é uma associação, um instituto ou uma organização social. A publicidade deve respeitar os dados protegidos; os órgãos competentes precisam ter acesso ao que lhes cabe fiscalizar.

Uma nota fiscal não demonstra que um equipamento funciona ou que uma família foi atendida. É preciso conferir o serviço e ouvir quem o utiliza. Quem tem vínculo com um interessado deve declarar a relação e se afastar daquela decisão. Atas, canais de contestação e auditoria independente ajudam a verificar o que ocorreu e a cobrar providências.

Vou apoiar a preparação de projetos que nasçam de prioridades discutidas no território, com custo, responsável e prazo conhecidos. Quero acompanhar o que foi entregue com quem usa o serviço e corrigir o que falhou. É com esse modo de trabalhar que apresento, a seguir, as propostas para as famílias que encontrei na campanha.

> Uma nota fiscal não demonstra que um equipamento funciona ou que uma família foi atendida.

PARTE V

V

O futuro que quero ajudar a construir

Onde começar, quem precisa participar e como acompanhar a entrega.

MODERNIZA PARÁ

Como os programas se conectam

Nas visitas, encontrei casas sem banheiro e famílias sem comida para aquele dia. Por isso, vou começar pelo que muda a rotina das pessoas: moradia, saúde, educação, trabalho e renda. Para sair da intenção, os oito planos e projetos do Moderniza Pará se apoiam em quatro eixos de execução.

Conselhos de Desenvolvimento

Conselhos e escritórios de projetos aproximam comunidades, municípios e Estado para escolher prioridades e acompanhar as entregas.

Responsabilidade Fiscal e Financiamento

Antes de anunciar uma obra ou um serviço, precisamos saber quanto custa fazer, quem vai manter e de onde virá o dinheiro.

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Transporte, energia, água, saneamento e conectividade sustentam a escola, a saúde e o trabalho. O investimento precisa responder a uma necessidade concreta.

Segurança e Prevenção Integrada

A prevenção e o cuidado com os bairros devem caminhar com policiamento, investigação e proteção às vítimas.

Por onde começar

A implantação começa pelas urgências e pela melhoria dos serviços existentes. A proteção alimentar e o atendimento crítico devem seguir critérios públicos. Em paralelo, projetos com equipe, custeio e viabilidade podem avançar por etapas. Os exemplos abaixo dependem do diagnóstico e do orçamento local.

Prioridade	Primeira medida e responsáveis	Resultado
Moradia	Mapear riscos e definir melhorias. Responsáveis: municípios, Estado e equipes técnicas.	Redução do risco e acesso aos serviços.
Saúde	Organizar filas e encaminhamentos conforme a oferta. Responsáveis: gestores e equipes do SUS.	Espera e continuidade do tratamento.
Educação	Preparar escolas com equipe, alimentação e transporte. Responsáveis: redes de ensino.	Aprendizagem, permanência e conclusão.
Trabalho e produção	Selecionar projetos com mercado e assistência. Responsáveis: órgãos de desenvolvimento e agentes financeiros.	Renda líquida, continuidade e empregos.

CAPÍTULO

20



MORADIA · DIGNIDADE

Dignidade começa onde a família mora

Durante a campanha, entrei em casas sem banheiro. Quando lembro dessas visitas, penso no que faria diferença primeiro para quem mora ali. Há famílias que precisam de uma casa nova. Para outras, um banheiro, um telhado seguro ou água em condições de uso já mudariam a rotina. Para saber por onde começar, é preciso olhar para a casa e para o lugar onde ela fica.

Quando eu chegava para apresentar o Moderniza Pará, a conversa sobre moradia começava no que estava diante de nós. A mesma família que precisava de uma melhoria dentro da casa podia depender de água, esgoto ou drenagem na rua para que a obra fizesse sentido. Foi um jeito muito concreto de entender por que habitação e infraestrutura precisam andar juntas.

É a ideia do Plano de Habitação e Cidades Integradas. O Mapa 144 foi pensado para identificar as necessidades dos municípios, incluindo cidades, áreas rurais, ilhas e comunidades ribeirinhas. Quero que esse diagnóstico ajude a decidir onde reformar, onde melhorar o bairro e onde construir.

Se o terreno alaga e o risco não pode ser corrigido, a mudança deve ser discutida com quem mora ali. Uma casa distante do trabalho, sem transporte ou sem escola por perto pode colocar outras despesas no orçamento da família. Na beira do rio, o projeto também precisa respeitar a água, o modo de se deslocar e o jeito de viver da comunidade.

A escolha de quem será atendido deve seguir critérios públicos de necessidade e risco. A família precisa poder acompanhar a inscrição sem procurar um padrinho. Estado, municípios e equipes técnicas devem combinar quem fará a obra, quem cuidará dos serviços e como os problemas serão corrigidos depois da entrega.

Meu primeiro passo será defender que o Mapa 144 ajude a separar três necessidades: onde reformar a casa, onde melhorar o bairro e onde construir ou reassentar com segurança. Depois da entrega, quero conferir com as famílias se o risco diminuiu e se elas conseguem permanecer com acesso a água, transporte e serviços.

> A família precisa poder acompanhar a inscrição sem procurar um padrinho.

CAPÍTULO

21



SAÚDE · CUIDADO

O cidadão precisa encontrar atendimento

Nas visitas da campanha, ouvi e vi como a distância e a falta de informação dificultavam o acesso a serviços. Na saúde, isso aparece quando uma pessoa tem um encaminhamento, mas não sabe onde vai ser atendida ou quanto tempo ainda precisa esperar. A resposta deve vir do serviço, com critérios claros, sem depender de alguém influente.

Na campanha, uma distância no mapa parecia pequena até eu ouvir o que ela significava na rotina de alguém. Na saúde, uma viagem a mais pesa no orçamento e no tempo de quem precisa trabalhar. É por isso que me importa tanto saber se o atendimento chegou e se o paciente conseguiu continuar o tratamento.

O Projeto Saúde Digital Integrada propõe uma rede que organize o percurso do paciente, com fila única e prioridade clínica. Quero que as equipes da atenção básica, os agentes comunitários e os profissionais que recebem o encaminhamento consigam acompanhar o que já foi feito e o que falta. Se um exame foi realizado, a informação pertinente deve chegar, com

acesso autorizado, a quem precisa dela para continuar o cuidado.

Uma fila clara ajuda a pessoa a saber qual é o próximo passo e ajuda a gestão a descobrir onde faltam profissionais, consultas, medicamentos ou leitos em funcionamento. A ordem do atendimento deve considerar a necessidade clínica. O cidadão pode acompanhar a espera sem ter de expor o diagnóstico.

A telessaúde pode poupar deslocamentos quando for adequada à situação. Há casos em que o atendimento presencial é indispensável. Quem não tem celular ou conexão deve continuar encontrando orientação e atendimento perto de onde mora. A tecnologia deve ajudar a equipe a cuidar da pessoa ao longo desse caminho.

Vou defender que a integração comece pelos serviços com as maiores esperas, onde houver equipe e condições de manter o atendimento. Quero acompanhar o tempo na fila, quantas viagens a família precisou fazer e se o paciente conseguiu continuar o tratamento. Esses resultados dirão se o atendimento ficou mais acessível.

> A tecnologia deve ajudar a equipe a cuidar da pessoa ao longo desse caminho.

CAPÍTULO

22



ESCOLA · POSSIBILIDADES

A oportunidade que a escola precisa oferecer

Aos quatorze anos, saí de casa para estudar na Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá. Antes, dividia o dia entre a madeireira e a escola. No internato, pude organizar a vida em torno dos estudos. Minha mãe me incentivou a ir; a escola me deu condições de ficar. Essa diferença mudou o que eu podia escolher para o meu futuro.

É daí que vem minha defesa do Projeto Educação para a Vida. A proposta começa pelo Ensino Fundamental em tempo integral e avança no Ensino Médio com formação técnica complementar, preservando a formação geral e a liberdade de escolha do estudante. O tempo a mais precisa oferecer aprendizagem, alimentação, esporte, cultura e apoio ao estudante. Para uma criança que mora longe, o transporte pode decidir se a oportunidade existe de verdade. Numa comunidade ribeirinha, isso começa pelo trajeto que ela faz todos os dias.

Fui professor e sei quanto trabalho existe entre conhecer um assunto e conseguir ensiná-lo. Antes de ampliar o horário, quero que a rede saiba onde faltam professores, planejamento, cozinha

ou transporte. Quero também que identifique onde as crianças ainda têm dificuldade para ler. Essas respostas ajudam a decidir qual investimento vem primeiro.

Na campanha, ouvi preocupações que lembravam por que a jornada escolar precisa caber na vida da família. Uma vaga pode estar disponível e continuar longe para quem depende de transporte. Também penso na criança que chega com fome. Eu quero que ela tenha condições de estar na escola e de aproveitar o tempo que passa lá.

No ensino médio, a formação técnica deve conversar com o trabalho da região e abrir caminho para seguir estudando. Oficinas e experiências práticas têm de respeitar a idade, oferecer segurança e servir à aprendizagem. Comecei a trabalhar cedo por necessidade. Desejo que mais crianças tenham tempo para estudar, brincar e descobrir o que querem fazer.

Quero começar por escolas que tenham condições de oferecer jornada, alimentação, transporte e equipe, com a rede preparada para acompanhar aprendizagem e permanência. No Ensino Médio, vou defender que a formação técnica complementar amplie as escolhas do jovem. Foi esse poder de escolher que a escola me deu.

> Minha mãe me incentivou a ir; a escola me deu condições de ficar.

CAPÍTULO

23



NEGÓCIOS · AUTONOMIA

Dar condições a quem quer empreender

Quando Josieli e eu compramos o Supermercado Colonial, fiquei responsável pela compra, pelo estoque, pelo atendimento e pelo caixa. Eu já tinha passado pelo banco e estudado administração. Mesmo assim, foi naquela mercearia que muitas contas ganharam outro sentido: uma venda podia ser boa e o dinheiro dela ainda assim chegar tarde para pagar o fornecedor.

Eu levava para a campanha essa lembrança da mercearia. Quando falava em ajudar um pequeno negócio, pensava no que eu mesmo precisava resolver: organizar as compras, entender quanto sobrava e encontrar comprador antes de assumir uma despesa maior. Queria que o apoio começasse por essas decisões do dia a dia.

Essa experiência orienta o Plano de Pequenos Negócios. Antes de oferecer um empréstimo, quero entender o que o negócio precisa: comprar mercadoria, trocar um equipamento, encontrar clientes ou simplesmente organizar o caixa. Às vezes, pôr as contas em ordem resolve mais do que aumentar a dívida.

Proponho que o Banpará e outros agentes possam financiar negócios viáveis com condições adequadas ao que será feito. Um fundo de garantia pode ajudar quem tem capacidade de produzir e pagar, mas não tem patrimônio para oferecer. Qualquer apoio que custe dinheiro público precisa ter risco, limite e resultado que possam ser acompanhados.

O atendimento perto de quem empreende faz diferença. Uma sala do empreendedor pode explicar documentos, orientar a formalização e acompanhar o negócio depois do crédito. Uma feira ou uma rodada de negócios pode aproximar quem vende de quem compra. O que deve vir primeiro depende do obstáculo que está prendendo aquela atividade.

Vou defender que o atendimento ao pequeno negócio comece pela situação do caixa, das vendas e do mercado. Quando o crédito for adequado, quero que venha acompanhado de orientação e de uma forma de acompanhar o negócio depois. Vou olhar para o que sobra para a família, para os negócios que continuam abertos e para os empregos que conseguem manter.

> Às vezes, pôr as contas em ordem resolve mais do que aumentar a dívida.

CAPÍTULO

24



PRODUÇÃO · RENDA

Produzir, transformar e encontrar mercado

Cresci numa família que dependia da terra e me formei técnico agrícola. No comércio, passei a ver a produção também pelo lado de quem compra, transporta e vende. Essas duas experiências me ensinaram a olhar o caminho inteiro. Uma boa colheita pode perder valor antes de chegar ao mercado se não houver onde guardar, como transportar ou para quem vender.

Ao apresentar o projeto nas visitas, eu queria que a conversa sobre desenvolvimento alcançasse quem vive do próprio trabalho. No campo, para mim, isso passa por uma pergunta prática: depois de produzir, quanto a família consegue levar para casa? A resposta inclui o caminho até o comprador.

O Plano de Produção Territorial parte desse problema. Quero que a atividade seja escolhida de acordo com o solo, a água, a situação da terra, os direitos de quem vive ali e a demanda que pode atender. A região precisa conhecer essas condições antes de estimular uma família a investir.

Depois do plantio, a assistência técnica deve continuar. O crédito precisa respeitar a época de colher e receber. Quando a dificuldade é conservar o produto, armazenar ou resfriar pode ser uma prioridade. Se o problema é vender, organizar a entrega e encontrar compradores pode ter mais efeito. Uma estrutura só faz sentido quando as famílias têm condições de usá-la e mantê-la.

Conheci no cooperativismo a força de reunir pessoas que enfrentam um custo alto sozinhas. Uma cooperativa pode compartilhar equipamentos e negociar a produção. Para funcionar, os participantes precisam conhecer o preço, os descontos, o prazo de pagamento e as condições de cada contrato.

Vou defender que os primeiros projetos partam de uma cadeia em que o produtor tenha aptidão, assistência e um caminho até o comprador. Antes de propor uma estrutura, quero saber quem vai usá-la e mantê-la. O que vou cobrar é se sobra mais para a família depois dos custos e se essa renda permite planejar o ano seguinte.

> Antes de propor uma estrutura, quero saber quem vai usá-la e mantê-la.

CAPÍTULO

25



TRABALHO · LEGALIDADE

Trabalhar dentro da lei precisa ser possível

Meu pai foi agricultor e trabalhou no garimpo. Essa parte da nossa história me faz olhar para a pequena mineração pensando também em quem tenta sustentar a família. Um caminho legal precisa dizer, com clareza, onde a atividade é possível, o que se exige de quem quer trabalhar e em que situações ela não pode acontecer.

Quando explicava minha visão para o Pará, essa lembrança me ajudava a dar rosto a um assunto que costuma aparecer em documentos e mapas. Há uma família por trás do trabalho. Há outras famílias no entorno, com direitos que também precisam ser protegidos. Era importante que a proposta levasse os dois lados a sério.

O Plano de Regularização Mineral propõe orientar a pequena mineração que possa operar dentro da lei. Isso inclui o ouro, os materiais de construção e outros minerais. A situação da área precisa ser esclarecida antes de incentivar investimento. Há direitos de comunidades, restrições ambientais e competências da União que o Estado deve respeitar.

Quero que a pessoa possa procurar atendimento perto de onde mora, entender o que será necessário e decidir se a atividade é viável. A assistência técnica e a organização em cooperativas podem repartir custos que um trabalhador sozinho não consegue assumir. Os participantes precisam conhecer as contas e ter voz nas decisões.

Cumprir a lei tem consequências para quem trabalha, para quem vive no entorno e para quem compra. A operação deve proteger os trabalhadores, ter origem verificável e prever a recuperação da área. A fiscalização precisa conferir o que de fato acontece, com independência em relação à equipe que promove o programa.

Vou defender um atendimento que comece pela situação da área e oriente, com clareza, os passos possíveis para quem quer se regularizar. A atividade só pode avançar quando a lei permitir e houver proteção a quem trabalha e a quem vive no entorno. Também vou defender fiscalização quando a atividade desrespeitar esses limites.

> Há uma família por trás do trabalho.

CAPÍTULO

26



MINERAÇÃO · LEGADO

Transformar minério em desenvolvimento

Parauapebas foi onde participei do crescimento do Macre, a partir de um barracão com prateleiras de madeira. Foi também onde a mineração me fez pensar no futuro de uma cidade quando a atividade que movimenta tanta coisa perde força. Quero que a riqueza extraída ajude a formar pessoas e empresas que possam continuar trabalhando aqui.

Nas conversas de campanha, a riqueza do Pará nunca foi para mim uma abstração. Eu tinha em mente o lugar onde construí meu trabalho e as casas que visitei. A distância entre o que sai do território e as oportunidades que ficam nele era uma das razões para eu levar esse projeto às ruas.

O Plano de Transformação Mineral propõe ampliar o valor gerado no Pará e preparar essa transição enquanto ainda há oportunidades. Carajás pode estudar etapas de transformação do minério e atividades que as atendam. Para funcionar, uma indústria precisa de energia, água, logística, gente preparada e compradores. São essas condições que devem orientar os investimentos.

A formação pode começar antes de uma empresa se instalar. Escolas técnicas, universidades e centros de pesquisa podem preparar trabalhadores para mais de um empregador. Fornecedores locais podem aprender a atender exigências de qualidade e de prazo que também lhes abram outros mercados. É assim que um contrato pode deixar mais capacidade no território depois de acabar.

Uma cidade que cresce precisa financiar saúde, moradia, transporte e outros serviços mesmo quando a receita da mineração oscila. Por isso, um incentivo público deve ter custo conhecido e contrapartidas que possam ser conferidas. Qualquer fundo para a transição exige fonte, finalidade e controle.

Vou defender que cada proposta de transformação mineral mostre o que ficará no território: que profissionais serão formados, que fornecedores locais poderão participar e como a cidade vai sustentar os serviços. Se houver incentivo público, quero que seu custo e suas contrapartidas possam ser acompanhados desde o início.

> Quero que a riqueza extraída ajude a formar pessoas e empresas que possam continuar trabalhando aqui.

CAPÍTULO

27



TERRITÓRIO · CULTURA

A riqueza dos rios, da floresta e da cultura

Sou filho de gaúchos, cresci no Mato Grosso e fiz minha vida no Pará. Carreguei comigo costumes e lembranças de cada lugar. Por isso, quando penso em turismo, penso primeiro em quem mora ali. Uma festa, uma comida ou um jeito de navegar têm significado para a comunidade antes de aparecer num roteiro.

Com o Plano Integrado de Turismo, quero ajudar as regiões a receber visitantes de um jeito que também melhore a vida de quem vive nelas. Quem chega precisa saber como se deslocar, onde ficar e com quem contratar. Para uma comunidade que recebe pelo rio, embarque seguro e banheiro em condições de uso podem fazer mais diferença do que uma campanha de divulgação.

O plano adota as 14 regiões turísticas do Pará como referência, com conferência da composição antes da execução. Na campanha, aprendi a prestar atenção ao que as pessoas queriam contar sobre o lugar onde moravam. É dessa escuta que eu

partiria para saber o que faz sentido compartilhar com o visitante e o que deve ser protegido.

As decisões sobre o que pode ser visitado precisam ser tomadas com os moradores. Há lugares que podem receber pessoas, outros que exigem limites e outros que devem permanecer fechados. Em Carajás, vejo espaço para estudar propostas que aproximem natureza, ciência, cultura e educação, respeitando a conservação e as autorizações necessárias.

Minha experiência no comércio me faz olhar para onde o dinheiro da visita fica. Um visitante pode contratar um guia da comunidade, comer num negócio local e comprar de quem produz ali. Para isso acontecer, quem oferece o serviço precisa ter condições de calcular o preço, organizar a reserva e ser remunerado pelo trabalho.

Vou defender que uma rota comece com a comunidade: o que ela quer compartilhar, o que precisa proteger e quais serviços precisa para receber bem. Depois, quero acompanhar quanto da renda ficou com guias, produtores e negócios do lugar. É isso que deve orientar a decisão de ampliar a rota.

> Por isso, quando penso em turismo, penso primeiro em quem mora ali.

CAPÍTULO

28



TERRITÓRIO · MÉTODO

Do Pará para o Brasil

Escrevi o Moderniza Pará para o estado onde vivo. Uma escola ribeirinha precisa de transporte que sirva ao trajeto dos alunos. Uma comunidade produtora pode precisar de estrada ou armazenamento antes de aumentar a colheita. Em outro lugar, a primeira necessidade pode ser diferente.

O que proponho compartilhar com outros estados é o modo de trabalhar: ouvir quem vive no território, escolher a prioridade, definir quem executa e calcular quanto custa manter. Na segurança, por exemplo, a prevenção precisa responder ao risco local e trabalhar junto com policiamento, investigação e proteção às vítimas.

Na reta final da campanha, entendi que um projeto precisa partir de um problema que quem ouve reconhece. Vale o mesmo quando a ideia viaja para outro estado. Quero compartilhar um método: diagnosticar, preparar um teste com custos e responsabilidades claros e avaliar o resultado com quem vive ali antes de ampliar.

No Pará, vou continuar trabalhando para que cada proposta tenha um primeiro passo que as pessoas consigam entender e cobrar. Quando levar essa experiência a outros estados, quero ouvir primeiro o que cada território precisa e o que ele já faz bem.

> Assim, o método pode ajudar sem impor uma solução pronta.

PARTE VI

VI

O caminho continua

O que posso fazer a partir de agora e o que vamos construir juntos.

CAPÍTULO

29



GRATIDÃO · CONTINUIDADE

Servir do meu jeito

Quando penso no que ficou da campanha, lembro das casas que se abriram, das conversas e dos abraços. Lembro também da equipe que permaneceu comigo. Construímos um pequeno grupo que defendeu o projeto e lutou com todas as forças. Tenho gratidão por essa dedicação.

Recebo os 8.399 votos como uma demonstração de confiança. Agradeço às pessoas que viram nas nossas ideias uma possibilidade para o futuro. Não conheço os motivos individuais de cada escolha, mas reconheço a responsabilidade que esse apoio representa.

O número não me dá direito sobre ninguém. Apoio é uma escolha livre, que precisa ser respeitada. Quero responder à confiança com trabalho, sabendo que ela precisa ser cultivada e que cada pessoa continuará tendo o direito de fazer suas escolhas.

Vou voltar às conversas com quem ainda não conhece o projeto e com quem discorda. Quero saber qual é a prioridade de quem me recebe, o que a proposta ainda não responde e com quem podemos encaminhar o primeiro passo. Posso começar por esse trabalho agora.

Minha vida é servir e vou continuar, mas do meu jeito: com coerência entre minhas convicções e minhas atitudes, responsabilidade pelos compromissos assumidos e abertura para melhorar as propostas.

O valor do Moderniza Pará será medido pela capacidade de ajudar a resolver problemas que permanecem: formação, trabalho, moradia e atendimento. As exigências de transparência e resultado que defendo valem também para quem está próximo de mim.

Fui uma criança do campo que encontrou na escola a chance de escolher outros caminhos. Na campanha, voltei a pensar nisso em cada casa em que a urgência vinha antes do projeto. Quero continuar perto dessas pessoas e aceitar que elas me digam onde a proposta ainda não responde ao que precisam. Foi a caminhada que me ensinou a fazer essa pergunta.

O mandato seria um caminho para esse trabalho. Continuo tendo responsabilidades na empresa, na família e na sociedade, e posso contribuir também a partir delas. Participar do debate, apoiar a organização de projetos e cobrar decisões são tarefas que não precisam esperar outra eleição.

Vou precisar de outras pessoas. A dedicação do grupo que caminhou comigo mostrou quanto uma equipe pode oferecer quando acredita no que está fazendo. Quero preservar essa disposição e ampliar o espaço para quem possa contribuir, inclusive apontando o que precisamos rever.

Meu compromisso é voltar com resposta. Quando uma ideia avançar, vou explicar o que foi feito. Quando depender de uma decisão que não está nas minhas mãos, vou dizer de quem depende. E, quando uma proposta precisar mudar, quero ouvir primeiro quem vai viver com o resultado.

A semente foi plantada. Vou continuar caminhando, visitando as pessoas e contando nossa história. Cada conversa pode mostrar uma necessidade que ainda não compreendi ou uma proposta que merece melhorar.

Comecei este livro falando dos cadernos porque eles mostram uma parte da política que me chocou. Termino pensando nas pessoas que me abriram as portas. Foi com elas que aprendi por onde começar. Convido quem quiser seguir comigo a escolher uma prioridade, ajudar a preparar uma resposta e acompanhar o que ela muda na vida de alguém.

Antes, eu só tinha um motivo. Agora, tenho 8.399 motivos para seguir.

Notas de leitura e fontes

Memórias pessoais

O prólogo e os capítulos de memória se apoiam nos depoimentos do autor e em Autobiografia Júnior Boeri Completa, versão 3, e Minha História Júnior Boeri. O miolo e a edição final de Por dentro da política foram consultados para recuperar passagens de campanha. Os relatos complementares de 8 de outubro de 2026 tratam da equipe, do porta a porta, da internet na reta final e da decisão de seguir.

Relatos de campanha e valores

Capítulos 8, 9, 11 a 14 e 17. A apresentação de cadernos e as ofertas são experiências narradas pelo autor. Trocas de apoio e devoluções de pagamentos integram relatos de terceiros. Os valores de R$ 150 e R$ 350 por voto, R$ 4 mil mensais e R$ 50 mil ou mais de passe não são médias estatísticas. A associação entre pessoas listadas, promessa de votos e pagamento é central ao relato; a existência isolada de um cadastro ou uma votação elevada não comprova compra de votos.

Conflitos de equipe e materiais

Capítulo 10. O descarte de materiais, a informação de falta seguida de localização do material e a coesão da equipe integram o depoimento pessoal de 8 de outubro de 2026. O relato descreve o prejuízo ao trabalho, sem identificar responsáveis ou atribuir autoria a adversários.

Arte e símbolos

A capa é uma composição ilustrativa feita com auxílio de inteligência artificial a partir da imagem do autor. As vinhetas são simbólicas.

Emendas e fiscalização

Capítulo 19. O autor defende a permanência das emendas, vinculadas a planejamento e controle. A Lei Complementar nº 210/2024 trata de emendas no orçamento federal; suas exigências não devem ser

automaticamente transpostas aos demais entes. Auditoria, rastreabilidade e divulgação devem observar a Lei Complementar nº 105/2001 e a Lei nº 13.709/2018. O acesso dos órgãos de controle e a divulgação pública têm finalidades e limites distintos.

Mandatos e Supremo Tribunal Federal

Capítulo 16. Os limites defendidos são propostas de mudança. O art. 101 da Constituição exige idade superior a 35 e inferior a 70 anos para a escolha de ministro, além dos demais requisitos. A Lei Complementar nº 152/2015 prevê aposentadoria compulsória aos 75 anos para membros do Judiciário. A proposta apresentada no livro combina idade mínima de 55 anos, permanência de até 12 anos e término antecipado ao alcançar a aposentadoria compulsória, sem recondução. Pela proposta, alguém nomeado aos 55 anos poderia permanecer até os 67; se ingressasse aos 68, permaneceria até os 75. A transição se aplica a futuras nomeações. A Emenda XXII à Constituição dos Estados Unidos limita eleições à Presidência, sem estabelecer uma regra geral para todos os cargos.

Representação e financiamento

Capítulo 18. Voto distrital, participação privada ampliada e encerramento do financiamento público são posições do autor, sujeitas a debate e alteração normativa. A orientação do TSE para 2026 permite contribuições de pessoas físicas nos limites legais e veda recursos de pessoas jurídicas. A Federal Election Commission distingue contribuições diretas e certas despesas independentes nos Estados Unidos. Transparência, competição e proteção contra concentração de influência são condições defendidas para a reforma.

NOTAS DE LEITURA E FONTES

Moderniza Pará

A referência é a edição editorial para gráfica, revisada em novembro de 2026, com 212 páginas. As remissões seguem a ordem de leitura deste livro e indicam as páginas do plano.

Cap.	Plano ou projeto	Páginas
20	Plano de Habitação e Cidades Integradas	129 a 147
21	Projeto Saúde Digital Integrada	148 a 163
22	Projeto Educação para a Vida	6 a 20
23	Plano de Pequenos Negócios	21 a 32
24	Plano de Produção Territorial	108 a 128
25	Plano de Regularização Mineral	33 a 48
26	Plano de Transformação Mineral	49 a 73
27	Plano Integrado de Turismo	74 a 107

Apresentação, sumário e método de articulação: p. 2 a 5. O plano é uma proposta de desenvolvimento. Os nomes de organizações, quando indicados no plano, são possibilidades de participação, sujeitas a avaliação e adesão.

Quatro eixos de execução

A abertura está na p. 164 do plano. Conselhos de Desenvolvimento: p. 165 a 173; Responsabilidade Fiscal e Financiamento: p. 174 a 189; Infraestrutura para o Desenvolvimento: p. 190 a 199; Segurança e Prevenção Integrada: p. 200 a 207.

Recortes territoriais e adaptação

As 14 regiões turísticas (p. 74 a 75) e as 12 Regiões de Integração usadas como referência na produção territorial (p. 108) têm finalidades distintas. A composição e a aplicação local devem ser conferidas antes da execução. Adaptação a outros estados, critérios para testar e ampliar, e conclusão: p. 208 a 211.

Competências e proteção de direitos

Capítulos 21, 25 e 26. Mineração, recursos minerais e proteção ambiental devem observar, entre outros dispositivos, os arts. 20, 176 e 225 da Constituição. Zonas, fundos e estruturas produtivas dependem de estudos e instrumentos próprios. O tratamento de dados pessoais em saúde deve observar a Lei nº 13.709/2018. Integração digital e telessaúde não dispensam equipes, proteção de dados e atendimento presencial.

Os 8.399 votos

Prólogo, dedicatória e capítulo 29. O total informado pelo autor é corroborado pela cobertura de resultados do Canal Rural, que identifica o TSE como fonte da apuração. O registro consultado apresenta 8.399 votos para Júnior do Macre, Republicanos, número 10010, na eleição de deputado estadual pelo Pará em 2026, com situação de suplente. A frase dos 8.399 motivos expressa o significado pessoal atribuído a essa confiança.

Referências

BOERI, Júnior José. Autobiografia Júnior Boeri Completa. Versão 3. [S. l.: s. n.], 2026. 5 p. Documento pessoal fornecido pelo autor.

BOERI, Júnior José. Depoimentos sobre trajetória pessoal, campanha e propostas políticas. [S. l.], 2026. Registros textuais fornecidos pelo autor para a elaboração deste livro, incluindo os relatos complementares de 8 de outubro de 2026.

BOERI, Júnior José. Minha História Júnior Boeri. [S. l.: s. n.], [2026?]. Documento pessoal fornecido pelo autor.

BOERI, Júnior José. Moderniza Pará: um plano, muitas conexões. Edição editorial para gráfica, revisão de novembro de 2026. 212 p. Arquivo fornecido pelo autor.

BOERI, Júnior José. Por dentro da política. Miolo e edição final. Outubro de 2026. Versões anteriores consultadas para recuperar os relatos de campanha.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Texto consolidado. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 7 out. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp105.htm . Acesso em: 7 out. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp152.htm . Acesso em: 7 out. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024. Dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp210.htm . Acesso em: 7 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm . Acesso em: 7 out. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Por Dentro das Eleições: conheça as regras para prestação de contas eleitorais. Brasília, DF: TSE, 2026. https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Agosto/por-dentro-das-eleicoes-conheca-as-regras-para-prestacao-de-contas-eleitorais . Acesso em: 7 out. 2026.

CANAL RURAL. Eleições 2026: veja a apuração e os resultados no Pará. 4 out. 2026. https://www.canalrural.com.br/politica/eleicoes/eleicoes-para-votacao-apuracao/ . Acesso em: 14 out. 2026.

UNITED STATES. Federal Election Commission. Contribution limits. Washington, DC: FEC, [2026?]. https://www.fec.gov/help-candidates-and-committees/candidate-taking-receipts/contribution-limits/ . Acesso em: 7 out. 2026.

UNITED STATES. National Archives. The Constitution: Amendments 11-27. Washington, DC: National Archives, [2026?]. Emenda XXII. https://www.archives.gov/founding-docs/amendments-11-27 . Acesso em: 7 out. 2026.

Sobre o autor

Júnior José Boeri, conhecido como Júnior do Macre, nasceu em Terra Nova do Norte, no Mato Grosso, em uma família de assentados. Formou-se técnico agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá e concluiu Administração de Empresas em 2007.

Trabalhou em madeireira, atuou como professor e passou pelo Banco do Brasil e pelo Sicredi. No comércio, construiu sua trajetória ligada ao Macre e a Parauapebas, no Pará.

Sua experiência de vida e de campanha está na origem das reflexões deste livro e do Plano Moderniza Pará.

> **Minha vida é servir. Eu não vou desistir. Vou continuar, mas do meu jeito.**

Edição do autor · Parauapebas · 2026 Edição revista e redesenhada em outubro de 2026. Formato: 14 × 21 cm. Tipos: DejaVu Serif e DejaVu Sans.

O que acontece quando a vontade de servir encontra o poder?

Júnior do Macre entrou na política para apresentar ideias e ajudar a transformar a vida das pessoas. Nas ruas, encontrou portas abertas, urgências e esperança. Nos bastidores, conheceu práticas que colocaram suas convicções à prova.

Neste relato pessoal, a infância numa família de assentados, a educação e o trabalho se encontram com a experiência de uma campanha eleitoral. O autor examina suas escolhas, conta o que viveu e apresenta as mudanças que defende.

Entre o ideal e o poder, permanece uma pergunta: como continuar servindo sem perder o sentido da caminhada?

JÚNIOR DO MACRE

MEMÓRIAS · BASTIDORES · PROPOSTAS